

ISSN 18078834

BNIB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

51

abr/jun, 2017



OBRA PUBLICADA PELO**PRESIDENTE**

Marcos Costa Holanda

DIRETORES

Antônio Rosendo Neto Junior
Henrique Teixeira Moura
Luiz Carlos Everton de Farias
Perpetuo Socorro Cajazeiras
Nicola Moreira Miccione
Romildo Carneiro Rolim

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS
DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves
Economista Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente

Airton Saboya Valente Junior
Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicos

CORPO EDITORIAL**Editor-Científico**

Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo

Airton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA**Produto Interno Bruto**

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Agropecuária

Jackson Dantas Coêlho

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Serviços, Comércio e Turismo

Airton Saboya Valente Junior

Rodrigo Fernandes Ribeiro

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Estagiário

Rodrigo Fernandes Ribeiro

Jovem Aprendiz

Anderson Acioly Da Silva

Tabulação de Dados

Leonardo Dias Lima

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A**Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste - ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177 Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - Edição 51 (Abril – Junho. 2017). –
Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2017

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

1. Nível de Atividade Econômica.....	04
2. Produção Agropecuária.....	09
3. Produção Industrial.....	14
4. Serviços.....	16
5. Comércio Varejista.....	20
6. Turismo.....	23
7. Mercado de Trabalho.....	26
8. Comércio Exterior	32
9. Finanças Públicas.....	38
10. Intermediação Financeira.....	42

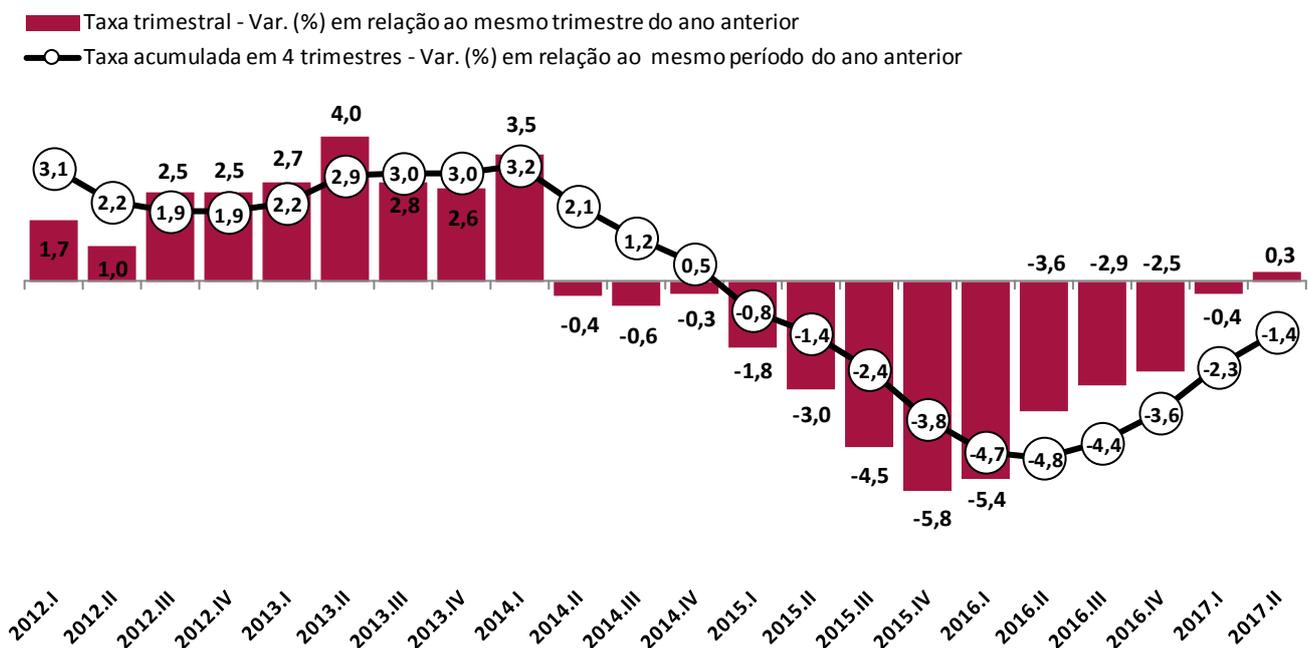
1. Nível de Atividade Econômica

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil registrou variação positiva de 0,2% em relação ao segundo trimestre de 2017 contra o primeiro trimestre do ano. Na comparação com igual período de 2016, o PIB apresentou variação positiva de 0,3%. No acumulado dos quatro trimestres terminados no segundo trimestre de 2017, o PIB encolheu 1,4% em confronto com os quatro trimestres imediatamente anteriores. Já no resultado para o primeiro semestre de 2017, o PIB registrou variação nula em relação a igual período de 2016. Em valores correntes, o PIB, no segundo trimestre de 2017, alcançou R\$ 1.639,3, sendo R\$ 1.422,8 bilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 216,5 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios, conforme dados divulgados pelo IBGE.

A trajetória de queda do PIB, iniciada a partir do segundo trimestre de 2014, mostrou arrefecimento a partir do segundo trimestre de 2016, seguindo uma tendência de enfraquecimento do ritmo de queda nos últimos quatro trimestres (-3,6% em 2016.II, -2,9% em 2016.III, -2,5% em 2016.IV e -0,4% em 2017.I), conforme mostra o Gráfico 1. Assim, de forma suave, a economia brasileira começou a sinalizar quadro favorável no segundo trimestre de 2017.

Contudo, as variações acumuladas em termos quadrimestrais ainda apresentam declínios, embora, descendentes a partir do terceiro trimestre de 2017 (-4,4% em 2016.III, -3,6% em 2016.IV, -2,3% em 2017.I, -1,4% em 2017.II).

Gráfico 1 – Brasil: Evolução das taxas de crescimento trimestral e acumulado em quatro trimestres do PIB (em %) - 2012.I a 2016.II



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Pelo lado da oferta, no comparativo do segundo trimestre de 2017, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a Indústria de Transformação continua a sinalizar contração no valor adicionado bruto (-2,1%), influenciado negativamente pela Construção civil (-7,0%), Indústria de

transformação (-1,0%) e Produção e distribuição de eletricidade gás, água, esgoto e limpeza urbana (-0,5%), porém positivamente pela Indústria extrativa, que expandiu 5,9% na análise trimestral.

O valor adicionado de Serviços registrou variação negativa de 0,3%, com ênfase no recuo dos serviços de informação (-2,5%), além de Intermediação financeira e seguros (-2,1%); Ainda em relação a Serviços, as categorias Comércio e Atividade imobiliárias expandiram 0,9% cada uma, na mesma base de comparação.

Dentre as atividades que participam para a geração do Valor Adicionado, a Agropecuária registrou crescimento de 14,9% no segundo trimestre de 2017 em relação a igual período do ano anterior. O resultado deriva do incremento da produção e produtividade agrícolas da soja, milho, feijão, arroz e algodão, conforme as estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE).

Pela ótica da demanda, cabe destacar o comportamento do Consumo das Famílias, que possui participação relativa de aproximadamente 64,0% do PIB Nacional. Após nove trimestres de contração, o componente Despesas das famílias apresentou resultado positivo de 0,7% no segundo trimestre de 2017. O crescimento tem sido reflexo de alguns indicadores macroeconômicos ao longo do trimestre, como a desaceleração dos índices de preços, que apresentaram deflação de 1,18% no primeiro semestre de 2017; a redução da taxa básica de juros; além do crescimento real de 2,3% da massa salarial no segundo trimestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016.

Outro componente da demanda que apresentou incremento positivo diz respeito à exportação de bens e

serviços, com crescimento de 2,5% no segundo trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do anterior. Segundo o IBGE, os bens que registraram os maiores acréscimos foram veículos automotores, petróleo e gás natural, produtos agropecuários e papel e celulose. As importações de bens e serviços, por sua vez, declinaram 3,3% na mesma base de comparação. Nesta pauta, as maiores retrações ocorreram em máquinas e equipamentos, equipamentos de transporte (exceto veículos automotores), minerais metálicos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e produtos de metal.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede o quanto as empresas aumentam os bens de capital, sofreu contração de 6,5% no segundo trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, a décima terceira consecutiva. O resultado é justificado, principalmente, pela queda das importações de bens de capital e pelo desempenho negativo da construção neste período. Desde o segundo trimestre de 2014, a FBCF apresenta quedas sucessivas, o que dificulta a recuperação econômica. A FBCF é importante porque indica se a capacidade de produção do País está crescendo e também se os empresários estão confiantes no futuro.

A conta Consumo do Governo, por sua vez, registrou declínio de 2,4% em relação ao segundo trimestre de 2016, conforme os dados da Tabela 1.

Tabela 1 – Brasil: Evolução das taxas de crescimento trimestral dos componentes do PIB - 2016.II a 2017.II

Variáveis macroeconômicas					
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores (%)	2016.II	2016.III	2016.IV	2017.I	2017.II
Oferta					
Valor adicionado bruto da agropecuária	-4,1	-5,6	-6,6	0,3	6,2
Valor adicionado bruto da indústria	-6,3	-5,4	-3,8	-2,4	-2,1
Valor adicionado bruto de serviços	-3,4	-3,2	-2,7	-2,3	-1,7
Demanda					
Despesa de consumo das famílias	-5,5	-5,2	-4,2	-3,3	-1,9
Consumo do governo	-1,1	-0,9	-0,6	-0,7	-1,2
Formação bruta de capital fixo	-15,0	-13,5	-10,2	-6,7	-6,1
Exportação de bens e serviços	7,2	6,8	1,9	-0,4	-0,7
Importação de bens e serviços (-)	-18,0	-14,8	-10,3	-2,7	-0,7
PIB a preços de mercado	-4,8	-4,4	-3,6	-2,3	-1,4

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Em termos regionais, o Índice de Atividade Econômica do Nordeste (IBCR-NE), indicador calculado pelo Banco Central, que serve como *proxy* do PIB Regional, registrou variação positiva de 1,5% quando se compara o segundo trimestre de 2017 com o mesmo do ano anterior. Desta forma, configurou-se a primeira variação positiva após nove trimestres consecutivos com resultados negativos, como mostra o Gráfico 2.

O nível de atividade econômica no Nordeste apresentou uma reação pontual devido, sobretudo, a expressiva recuperação do setor agrícola. A safra de grãos aumentou 91,1% no primeiro semestre de 2017, de acordo com o LSPA de junho do IBGE, refletindo as condições climáticas favoráveis. Estima-se aumento nas produções de soja (+91,2%), principal produto, milho (+104,1%) e feijão (+122,7%). Entre as demais lavouras, a expectativa é de crescimento de 1,0% e de 2,8% para as produções de cana-de-açúcar e mandioca, e retração de 2,8% para a banana.

Em relação ao *comércio* na Região, as vendas no *varejo* cresceram, na margem, 7,2% em Alagoas, 3,6% em Pernambuco, 1,7% no Maranhão e 0,3% na Paraíba, considerando a variação no acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados do IBGE. Quanto ao *comércio varejista ampliado*, segue com recuperação paulatina nos Estado de Alagoas (+5,2%), Maranhão (+3,4%), Pernambuco (+2,5%) e Paraíba (+2,4%), na mesma base de comparação.

Parte dos resultados positivos do setor de comércio na Região é atribuída à melhora do poder de compra das famílias, com crescimento do nível emprego e do rendimento médio real, num ambiente de inflação baixa. Além dos desembolsos extraordinários das contas inativas do FGTS.

Observa-se que as razões que impulsionaram o *comércio* não impactaram na mesma magnitude para o setor de *serviços*. O volume dos serviços prestados decresceu em todos os estados da Região, excetuando-se Rio Grande do Norte, que registrou variação positiva de 1,0% no primeiro semestre de 2017 em relação a igual período do ano anterior, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

Quanto à desenvoltura da *indústria*, a produção regional recuou 2,3% no indicador acumulado para o período de janeiro a junho de 2016, frente a igual período do ano anterior, com nove das quinze atividades pesquisadas apontando redução na produção, conforme dados da Pesquisa Física Mensal do IBGE. A maior contribuição

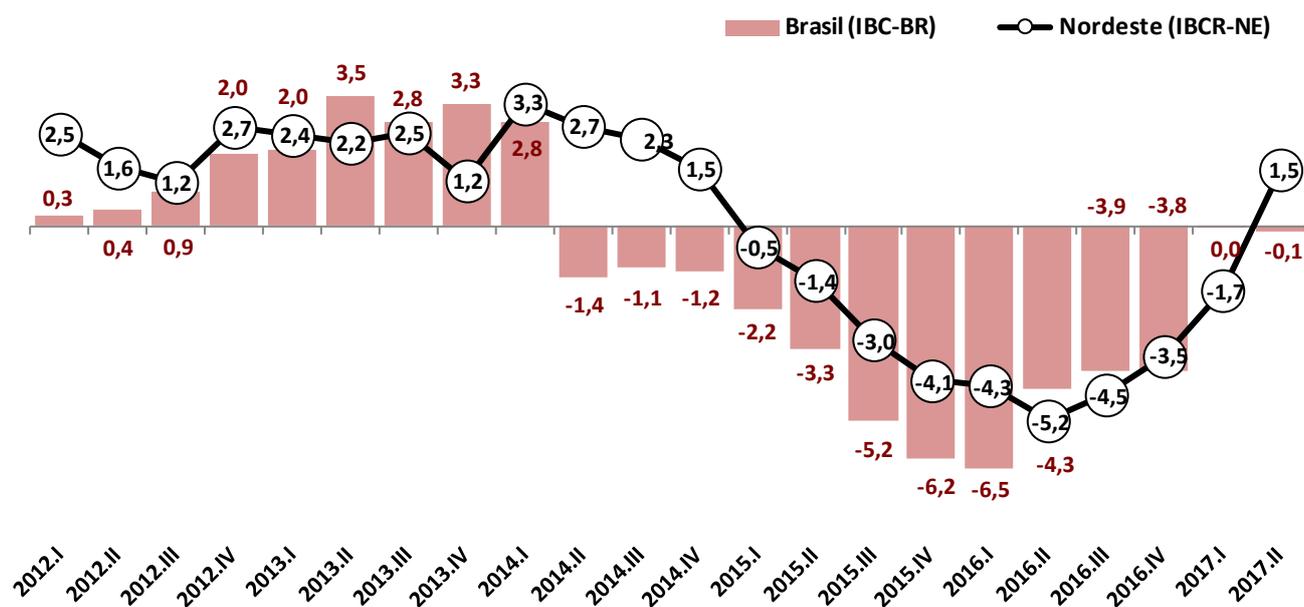
negativa sobre o total da indústria regional foi observada no setor de coque, produtos derivadas do petróleo e biocombustíveis (-12,2%). Em contrapartida, na mesma base de comparação, a atividade de veículos automotores, reboques e carrocerias (+26,6%) exerceu a principal influência positiva sobre o total da indústria, impulsionada, em grande medida, pela maior produção de automóveis.

A produção industrial do Ceará assinalou expansão de 0,6% no primeiro semestre de 2017 frente a igual período do ano anterior, com cinco dos onze ramos pesquisados apontando aumento na produção. Setores de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (+8,6%) e de metalurgia (+62,6%) contribuíram de forma positiva no período em análise. Por outro lado, o impacto negativo mais importante veio do setor de coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (-35,7%) e produtos de metal (-40,9%).

A indústria pernambucana avançou 0,6% no índice acumulado do primeiro semestre de 2017 frente a igual período do ano anterior, com seis dos doze setores investigados apontando aumento na produção. As principais contribuições positivas sobre a média global foram assinaladas pelos ramos de outros equipamentos de transporte (48,8%) e de produtos de metal (18,3%), impulsionados, principalmente, pelo aumento na fabricação de embarcações para transporte (inclusive plataformas). Em sentido oposto, a influência negativa mais importante veio do ramo de produtos de minerais não-metálicos (-20,6%), pressionado, especialmente, pela menor produção de cimentos.

Os sinais de menor dinamismo da indústria regional ficaram mais evidentes para a Bahia (-7,4%), tendo em vista que apresentou decréscimo no primeiro semestre de 2017 frente ao mesmo período do ano anterior, com oito das doze atividades pesquisadas assinalando queda na produção, segundo o IBGE. As influências negativas mais importantes sobre o total global vieram dos setores de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-14,2%) e de metalurgia (-40,6%). Em sentido contrário, as atividades de veículos automotores, reboques e carrocerias (+16,7%) e de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (+15,8%) exerceram os principais impactos positivos, impulsionados, em grande parte, pelo aumento na produção de automóveis; e de tênis de material sintético, respectivamente.

Gráfico 2 – Variação % do volume de serviços - Brasil - acumulado no ano e em doze meses – Julho/2014 a Julho/2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Para o acompanhamento da atividade em nível estadual, tem-se o PIB trimestral das três maiores economias do Nordeste, representado pelos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, que representam cerca de 60% do PIB da região. O cálculo do PIB trimestral desses estados é realizado pelos Institutos de Planejamento estaduais, como forma de acompanhar a evolução de suas economias e fornecer suporte para decisões estratégicas. A mensuração tem como base os resultados dos grandes setores de atividade econômica (agricultura, indústria e serviços), mas seus resultados são preliminares e estão sujeitos a retificações quando divulgado o cálculo definitivo das contas regionais.

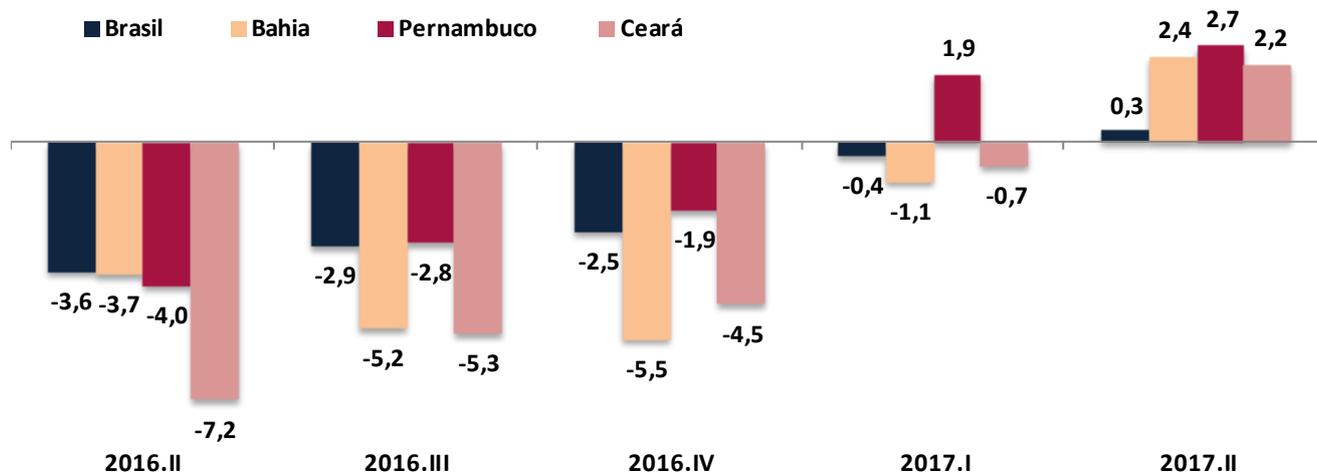
Assim, de acordo com o cálculo do PIB, realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a economia baiana registrou crescimento de 2,4% no segundo trimestre de 2016, comparado ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 3). Este resultado deriva dos crescimentos da agropecuária (+33,0%) e serviços (+0,5%); no entanto, o Valor Adicionado da Indústria seguiu com retração de 6,7% no trimestre. No primeiro semestre de 2017, comparado com igual período de 2016, o crescimento foi de apenas 0,6%, com contribuição positiva apenas do valor adicionado do setor agropecuário (+33,6%), enquanto indústria (-7,5%) e serviços (-0,3%) registraram recuo no semestre em análise.

Quanto à economia pernambucana, o PIB a preços de mercado avançou 2,7% no segundo trimestre de 2017 em

relação ao mesmo trimestre de 2016, segundo dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM. Esse desempenho decorreu do comportamento da agropecuária (+41,1%), em especial, e de serviços (+3,7%); O valor adicionado da indústria sofreu retração de 5,0%, medida, em grande parte, pela queda da indústria de transformação (-6,1%) e construção (-5,5%) no trimestre. Em relação ao primeiro semestre de 2017, o PIB pernambucano alcançou variação ascendente de 2,3% na comparação com igual período do ano anterior. Referido desempenho decorreu do comportamento positivo da agropecuária (+32,0%), serviços (+2,4%) e indústria (+0,4%).

Conforme o Instituto de pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), a economia cearense encerrou o segundo trimestre com crescimento de 2,2% frente ao mesmo trimestre de 2016, sendo o primeiro crescimento positivo após oito trimestres consecutivos de resultados negativos, nessa base de comparação. O resultado trimestral foi influenciado positivamente pelo valor adicionado da agropecuária (+41,26%) e serviços (+0,13%). Resultado negativo foi observado na indústria (-0,17%) em decorrência da extrativa mineral (-21,06%) e construção civil (-7,70%). No primeiro semestre de 2016, o crescimento da economia estadual foi de 0,77% em relação ao mesmo período do ano anterior, atribuído ao dinamismo do setor agropecuário (+23,92%). No entanto, a indústria (-0,73%) e serviços (-0,07%) lograram recuos no semestre.

Gráfico 3 – Evolução das taxas de crescimento trimestral da Bahia, Pernambuco e Ceará (em %): 2016.II a 2017.II



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

2. Agropecuária

O Brasil deverá produzir 242,1 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas (grãos) em 2017, representando 57,4 milhões de toneladas (31,1%) a mais que em 2016, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados de produção para as principais culturas estão especificados na Tabela 1.

A estimativa de área colhida com grãos no País aumentou 7,0% (ou 4,0 milhões de hectares), de 57,1 milhões para 61,1 milhões. Considerando a expansão de produção e de área, a produtividade também deve se elevar em 22,4%, de 3.236 toneladas por hectare para 3.961 toneladas por hectare.

Em relação a produção de grãos, o Centro-Oeste mantém a liderança (104,6 milhões de toneladas, 43,5% do País), seguido pelo Sul (86,1 milhões de toneladas, 35,8% do total nacional). Em conjunto, referidas regiões devem responder por 79,3% da produção de grãos Brasil em 2017. Tem-se então o Sudeste (22,9 milhões de toneladas, 9,5% do total); Nordeste (18,1 milhões de toneladas, 7,6% do total); e Norte (8,6 milhões de toneladas, 3,6% do total), vide Tabela 2.

Mato Grosso se destaca como maior produtor nacional de grãos, com uma participação de 25,4%, seguido pelo Paraná (17,7%) e Rio Grande do Sul (15,2%), que, somados, representam 58,3% do total nacional previsto. Seguem Goiás (9,8%), Mato Grosso do Sul (8,0%), Minas Gerais (5,9%), São Paulo (3,6%), Bahia (3,4%), Santa Catarina (2,9%) e Maranhão (1,9%) que integram o grupo dos dez maiores produtores nacionais (Tabela 2).

Em relação as culturas, cabe ressaltar os aumentos significativos no País para o algodão (9,8%), arroz (16,3%), soja (19,7%), feijão (29,3%), milho (56,1%) e sorgo (78,7%).

O IBGE considera outros produtos além dos grãos, como frutas, café, cana, algumas verduras e fibras, com parte delas tendo registrado aumento partindo de uma produção significativa, a exemplo da banana (3,1%, de 6,8 milhões de toneladas para 7,01 milhões de toneladas); cana-de-açúcar (0,8%, de 706,3 milhões de toneladas para 712 milhões de toneladas); laranja (6,9%, de 15,9 milhões de toneladas para 17,02 milhões de toneladas); tomate (17,6%, de 3,6 milhões de toneladas para 4,3 milhões de toneladas); e uva (55,7%, de 973 mil para 1,5 milhão de toneladas). As melhores condições de clima no País auxiliaram na expansão da produção agrícola (Tabela 1).

A safra de grãos do Nordeste deve subir 91,7% em relação a 2016, puxada principalmente pelo aumento da produção de arroz (76,3%), beneficiada pelo clima mais chuvoso que favoreceu a produção de sequeiro; feijão (no total das três safras, 130,6%), em que houve uma reavaliação das estimativas para mais, também por conta do clima favorável; milho (no total das duas safras, 104,1%), cuja reavaliação de estimativas se deveu à constatação de uma produtividade maior, com produto de maior qualidade; e soja (89,5%).

Entre outros produtos em que houve aumento a partir de uma base significativa, estão: banana (1,2%, de 2,29 milhões para 2,32 milhões de toneladas); laranja (8,4%, de 1,6 milhão para 1,73 milhão de toneladas); mandioca (4,3%, de 4,74 milhões para 4,95 milhões de toneladas); e tomate (49%, de 378,4 mil toneladas para 564,2 mil toneladas), vide Tabela 1.

Entre os estados do Nordeste, deverá ocorrer aumento de forma expressiva na produção de algodão herbáceo (1,9% na Bahia); feijão (65,3% na Bahia); milho (139,6% no Maranhão, 161,5% no Piauí, 208,6% no Ceará, 356,4% em Sergipe e 29,2% na Bahia); soja (102,3% no Maranhão, 212,5% no Piauí e 59,9% na Bahia); banana (8,5% no Ceará, 41,1% no Rio Grande do Norte e 72,2% em Alagoas); cana-de-açúcar (14,7% no Piauí, 8,7% no Ceará, 3,9% no Rio Grande do Norte, 12,3% em Pernambuco e 31,7% em Sergipe); laranja (20,7% em Alagoas, 0,2% em Sergipe e 11% na Bahia); mandioca (1,5% no Maranhão, 78% no Piauí, 18,5% no Ceará, 16,1% no Rio Grande do Norte, 34,9% em Pernambuco e 3,8% em Alagoas). Os dados de produção para os estados do Nordeste estão especificados nas Tabelas 3 e 4.

A Bahia segue com a liderança na produção de grãos no Nordeste (8,1 milhões de toneladas), devendo registrar expansão de 47,0% em comparação com a safra anterior. Segue o Maranhão (4,6 milhões de toneladas), com aumento de 113,1% em relação a safra passada; e Piauí (3,8 milhões de toneladas), com incremento de 190,9%. Referidos estados devem responder por 91,2% da produção de grãos do Nordeste em 2017. Os maiores incrementos de produção devem ocorrer em Pernambuco (451,7%), Paraíba (448,0%) e Sergipe (291,7%), conforme detalhado na Tabela 4.

Tabela 1 – Safra agrícolas do Brasil e Nordeste – 2016 e 2017 – Em toneladas

Produto (1)	Brasil		var %	Nordeste		var %
	Safra 2016	Safra 2017		Safra 2016	Safra 2017	
Cereais, leguminosas e oleaginosas	184.697.696	242.082.569	31,1	9.497.437	18.109.497	90,7
Algodão herbáceo	3.378.197	3.710.635	9,8	870.617	918.137	5,5
Amendoim	444.786	543.772	22,3	9.559	12.315	28,8
Arroz	10.608.861	12.339.668	16,3	269.139	474.561	76,3
Aveia	884.051	891.085	0,8	-	-	-
Centeio	6.477	8.427	30,1	-	-	-
Cevada	374.092	443.239	18,5	-	-	-
Feijão	2.572.483	3.325.494	29,3	326.465	752.807	130,6
Girassol	77.435	90.981	17,5	-	-	-
Mamona	22.096	11.926	-46,0	21.302	11.078	-48,0
Milho	63.643.423	99.353.763	56,1	3.124.374	6.377.068	104,1
Soja	96.084.324	114.996.100	19,7	5.100.185	9.664.100	89,5
Sorgo	1.169.464	2.089.923	78,7	112.337	254.504	126,6
Trigo	6.698.914	5.672.293	-15,3	3.000	3.000	0,0
Triticale	50.590	52.411	3,6	-	-	-
Abacaxi (mil frutos)	1.734.627	1.615.906	-6,8	567.500	634.181	11,7
Alho	133.217	126.157	-5,3	6.174	6.353	2,9
Banana	6.799.005	7.010.471	3,1	2.291.720	2.320.121	1,2
Batata - inglesa	3.934.288	4.117.897	4,7	315.057	257.198	-18,4
Cacau	214.065	235.631	10,1	116.122	105.022	-9,6
Café	3.047.665	2.832.996	-7,0	135.744	203.004	49,5
Cana-de-açúcar	706.353.038	712.052.003	0,8	54.769.224	52.696.415	-3,8
Castanha-de-caju	77.501	104.985	35,5	75.959	103.431	36,2
Cebola	1.578.554	1.683.599	6,7	288.446	365.961	26,9
Coco-da-baía (mil frutos)	1.751.964	1.768.744	1,0	1.335.548	1.311.582	-1,8
Fumo	673.821	869.361	29,0	6.490	17.689	172,6
Guaraná	3.519	3.288	-6,6	2.600	2.340	-10,0
Juta	-	-	-	-	-	-
Laranja	15.917.673	17.018.290	6,9	1.600.538	1.734.709	8,4
Maçã	1.047.622	1.254.191	19,7	30	30	0,0
Malva	2.593	4.404	69,8	-	-	-
Mandioca	23.004.940	20.145.375	-12,4	4.745.897	4.948.490	4,3
Pimenta-do-reino	53.939	77.600	43,9	5.188	4.967	-4,3
Sisal ou agave	132.517	112.814	-14,9	132.517	112.814	-14,9
Tomate	3.667.121	4.313.046	17,6	378.445	564.256	49,1
Uva	973.043	1.515.287	55,7	309.343	285.956	-7,6

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 2 – Área e produção de cereais, leguminosas e oleaginosas - Brasil, grandes regiões e unidades da federação - Safra 2017

Unidades da Federação	Área (em hectares)		Partic. %	Variação % (1)	Produção (em toneladas)		Partic. %	Variação % (1)
	Ano Anterior	Mês Atual			Ano Anterior	Mês Atual		
Brasil	57.080.270	61.048.205	100.0	7.0	184.697.696	240.298.665	100.0	30.1
Norte	2.455.212	2.707.749	4.4	10.3	7.037.367	8.572.041	3.6	21.8
Rondônia	466.346	552.584	0.9	18.5	1.515.382	1.940.341	0.8	28.0
Acre	48.228	51.037	0.1	5.8	93.531	105.139	0.0	12.4
Amazonas	5.123	16.924	0.0	230.4	11.166	26.390	0.0	136.3
Roraima	43.306	42.357	0.1	-2,2	153.264	126.860	0.1	-17,2
Pará	739.383	866.341	1.4	17.2	2.167.532	2.655.302	1.1	22.5
Amapá	19.031	23.274	0.0	22.3	46.280	58.608	0.0	26.6
Tocantins	1.133.795	1.155.232	1.9	1.9	3.050.212	3.659.401	1.5	20.0
Nordeste	6.702.103	8.040.197	13.2	20.0	9.497.437	18.154.062	7.6	91.1
Maranhão	1.378.017	1.644.387	2.7	19.3	2.171.808	4.628.175	1.9	113.1
Piauí	1.202.254	1.463.507	2.4	21.7	1.315.805	3.828.164	1.6	190.9
Ceará	869.008	1.057.892	1.7	21.7	187.001	444.546	0.2	137.7
Rio Grande do Norte	20.781	52.306	0.1	151.7	10.596	24.717	0.0	133.3
Paraíba	139.794	184.123	0.3	31.7	22.383	122.663	0.1	448.0
Pernambuco	184.732	357.144	0.6	93.3	33.914	187.119	0.1	451.7
Alagoas	25.071	88.594	0.1	253.4	38.192	80.143	0.0	109.8
Sergipe	99.128	190.670	0.3	92.3	177.703	696.044	0.3	291.7
Bahia	2.783.318	3.001.604	4.9	7.8	5.540.033	8.142.486	3.4	47.0
Sudeste	5.253.668	5.495.291	9.0	4.6	19.649.723	22.886.987	9.5	16.5
Minas Gerais	3.166.853	3.333.417	5.5	5.3	11.752.222	14.256.376	5.9	21.3
Espírito Santo	23.719	24.316	0.0	2.5	49.279	49.812	0.0	1.1
Rio de Janeiro	4.783	4.668	0.0	-2,4	8.606	12.195	0.0	41.7
São Paulo	2.058.313	2.132.890	3.5	3.6	7.839.615	8.568.604	3.6	9.3
Sul	19.304.464	19.597.878	32.1	1.5	73.392.808	86.072.661	35.8	17.3
Paraná	9.615.059	9.722.699	15.9	1.1	35.386.340	42.636.814	17.7	20.5
Santa Catarina	1.322.403	1.316.463	2.2	-0,4	6.095.137	7.017.178	2.9	15.1
Rio Grande do Sul	8.367.002	8.558.716	14.0	2.3	31.911.331	36.418.669	15.2	14.1
Centro-Oeste	23.364.823	25.207.090	41.3	7.9	75.120.359	104.612.913	43.5	39.3
Mato Grosso do Sul	4.198.965	4.561.843	7.5	8.6	13.688.747	19.112.474	8.0	39.6
Mato Grosso	13.950.117	15.136.839	24.8	8.5	43.918.232	61.087.160	25.4	39.1
Goiás	5.054.683	5.351.499	8.8	5.9	16.944.151	23.649.585	9.8	39.6
Distrito Federal	161.058	156.909	0.3	-2,6	569.229	763.693	0.3	34.2

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) Variação em relação ao ano anterior.

Tabela 3 – Safra agrícola para os estados do Nordeste – 2016 e 2017 – Em toneladas

Destaques de produção, julho de 2017				2017/2016	
UF	Produto (1)	Ano da safra		%	Absoluta
		Safra 2016	Safra 2017		
MA	Milho	682.791	1.635.991	139,6	953.200
	Soja	1.242.772	2.514.388	102,3	1.271.616
	Cana-de-açúcar	2.520.500	2.482.877	-1,5	-37.623
	Mandioca	1.305.850	1.325.882	1,5	20.032
PI	Milho	600.690	1.570.632	161,5	969.942
	Soja	644.263	2.013.162	212,5	1.368.899
	Cana-de-açúcar	726.743	833.868	14,7	107.125
	Mandioca	202.238	360.034	78,0	157.796
CE	Milho	114.675	353.843	208,6	239.168
	Banana	324.101	351.540	8,5	27.439
	Cana-de-açúcar	715.932	778.240	8,7	62.308
	Mandioca	387.831	459.669	18,5	71.838
RN	Banana	155.014	218.660	41,1	63.646
	Cana-de-açúcar	3.615.991	3.756.672	3,9	140.681
	Mandioca	96.544	112.078	16,1	15.534
PB	Abacaxi (mil frutos)	283.362	279.273	-1,4	-4.089
	Banana	133.524	141.291	5,8	7.767
	Cana-de-açúcar	6.908.885	6.585.817	-4,7	-323.068
	Mandioca	146.889	142.345	-3,1	-4.544
PE	Banana	366.519	304.049	-17,0	-62.470
	Cana-de-açúcar	13.421.235	15.068.923	12,3	1.647.688
	Coco-da-baía (mil frutos)	129.865	93.592	-27,9	-36.273
	Mandioca	178.420	240.723	34,9	62.303
	Uva	242.967	233.884	-3,7	-9.083

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 4 – Safra agrícola para os estados do Nordeste – 2016 e 2017 – Em toneladas

Destques de produção, julho de 2017				2017/2016	
UF	Produto (1)	Ano da safra		%	Absoluta
		Safra 2016	Safra 2017		
AL	Abacaxi	37.298	78.474	110,4	41.176
	Banana	54.733	94.247	72,2	39.514
	Cana-de-açúcar	18.982.504	16.241.267	-14,4	-2.741.237
	Coco-da-baía (mil frutos)	75.136	94.049	25,2	18.913
	Laranja	103.006	124.300	20,7	21.294
	Mandioca	279.120	289.654	3,8	10.534
SE	Milho	140.962	643.340	356,4	502.378
	Cana-de-açúcar	2.402.434	3.163.751	31,7	761.317
	Coco-da-baía (mil frutos)	230.646	233.164	1,1	2.518
	Laranja	489.156	490.181	0,2	1.025
BA	Algodão herbáceo	795.164	810.234	1,9	15.070
	Feijão	171.121	282.813	65,3	111.692
	Milho	1.545.690	1.996.880	29,2	451.190
	Soja	3.212.600	5.136.000	59,9	1.923.400
	Sorgo	91.640	106.200	15,9	14.560
	Abacaxi (mil frutos)	129.600	143.550	10,8	13.950
	Banana	1.125.000	1.070.000	-4,9	-55.000
	Batata inglesa	314.651	256.168	-18,6	-58.483
	Cacau	116.122	105.022	-9,6	-11.100
	Café	134.597	201.240	49,5	66.643
	Cana-de-açúcar	5.475.000	3.785.000	-30,9	-1.690.000
	Cebola	255.200	299.400	17,3	44.200
	Coco-da-baía (mil frutos)	522.500	542.448	3,8	19.948
	Laranja	985.650	1.094.000	11,0	108.350
	Mandioca	1.870.000	1.739.100	-7,0	-130.900
	Sisal ou agave	127.500	108.000	-15,3	-19.500
	Tomate	175.170	303.200	73,1	128.030
Uva	62.740	48.490	-22,7	-14.250	

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

3. Indústria

O nível de produção da indústria nacional, em junho de 2017, não apresentou alteração em relação ao mês anterior (0,0%). Contudo, houve leve crescimento se comparado a junho de 2016 (0,5%), como também em relação ao primeiro semestre (0,5%), ante igual período do ano anterior. Registrou queda, porém, na taxa anualizada, comparação de 12 meses até junho, com igual período anterior (-1,9%). Embora negativo, este valor representa a continuidade da redução no ritmo de queda da atividade industrial, iniciada desde junho de 2016 (-9,7%). Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil (PIM-PF/BR) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Gráfico 1 mostra que a produção industrial vem caindo menos, conforme a taxa de crescimento para o período acumulado de 12 meses, atingindo a menor variação neste junho de 2017 (-1,9%). Porém, cabe destacar que apesar deste movimento, se está distante de uma situação de crescimento, já que o nível de produção referente ao mês de junho de 2017 se encontra 18,2% abaixo do nível recorde alcançado em junho de 2013.

Entre as grandes categorias econômicas (Gráfico 2), a observação da evolução da taxa anualizada, durante o período de janeiro a junho de 2017, aponta para uma sequência de melhoria nos resultados, tendo alcançado taxas positivas tanto no setor de bens de capital (1,0%) quanto no de bens de consumo duráveis (1,5%).

Para o mesmo período, o setor de bens intermediários também registra trajetória de elevação das taxas anualizadas, mas ainda não suficiente para atingir crescimento produtivo em junho de 2017 (-2,1%). Por outro lado, os setores de bens de consumo semiduráveis e não duráveis demonstra relativa manutenção do ritmo de perdas (-2,9%), indicando maior resistência e dificuldade de reação, conforme se observa no Gráfico 2.

Os sinais de maior dinamismo do setor industrial e, de forma específica, das grandes categorias econômicas, devem ser relativizados, tendo em vista que ocorrem

sobre bases de comparação retraídas. Por exemplo, no caso dos bens de capital, a elevação de 1,0% na taxa anualizada de junho 2017, se deu após uma forte redução na taxa anualizada referente a junho de 2016 (-25,5%). Do mesmo modo, no caso dos bens de consumo duráveis, o atual crescimento de 1,5% ocorreu sobre uma retração de -22,7% na taxa de junho de 2016. Estes dados revelam a defasagem entre o potencial produtivo que já se mostrou aquecido em anos anteriores e o atual nível de ociosidade da indústria nacional.

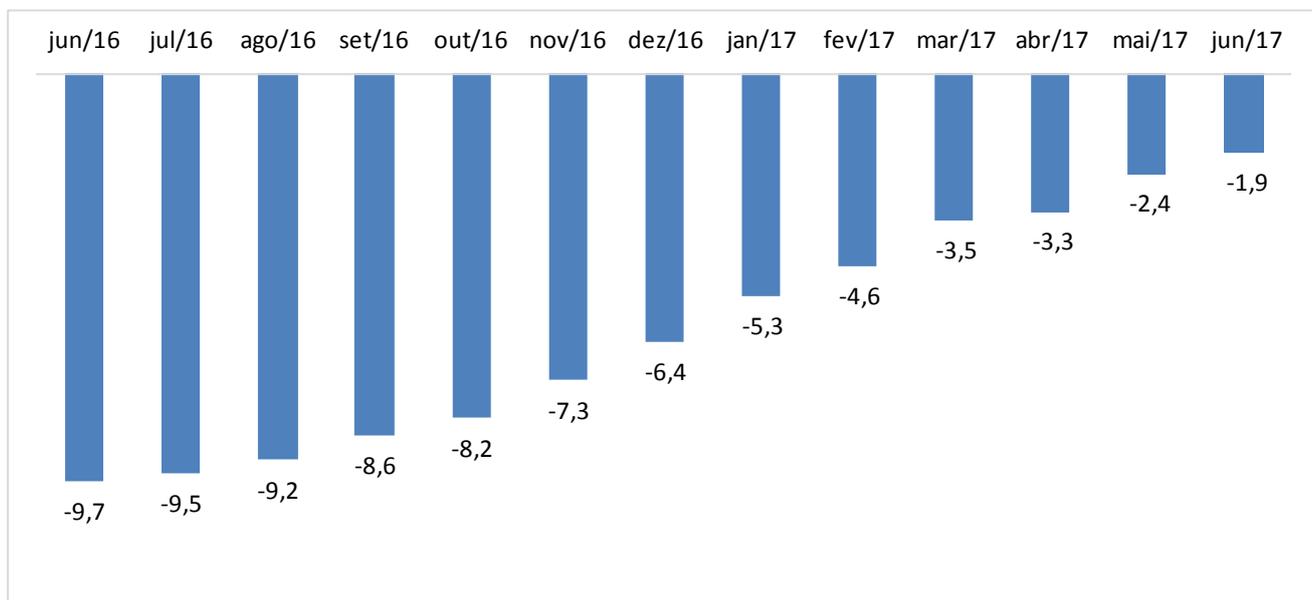
Dentre as diversas atividades industriais, 9 dos 26 ramos pesquisados tiveram resultados positivos na taxa anualizada até junho de 2017. Os maiores impactos sobre a média nacional vieram da produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (+5,3%); equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (+9,2%); metalurgia (+1,4%); produtos têxteis (+4,1%); celulose, papel e produtos de papel (+2,3%) e confecção de artigos do vestuário e acessórios (+1,5%).

Assinalaram os principais resultados negativos: coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (-9,5%); outros equipamentos de transporte (-16,9%) e produtos de minerais não metálicos (-7,1%).

A atual observação de avanços na indústria nacional parece estar baseada, principalmente, na comparação com patamares de produção significativamente reduzidos, sem que isto possa repercutir, ainda, em maiores investimentos e em aumento de contratação de mão de obra no setor. Ressalte-se que, antes da decisão de investir, o início da recuperação econômica, geralmente, se dá a partir da busca dos empresários por ocupar a elevada capacidade ociosa existente, conforme situação encontrada atualmente no País.

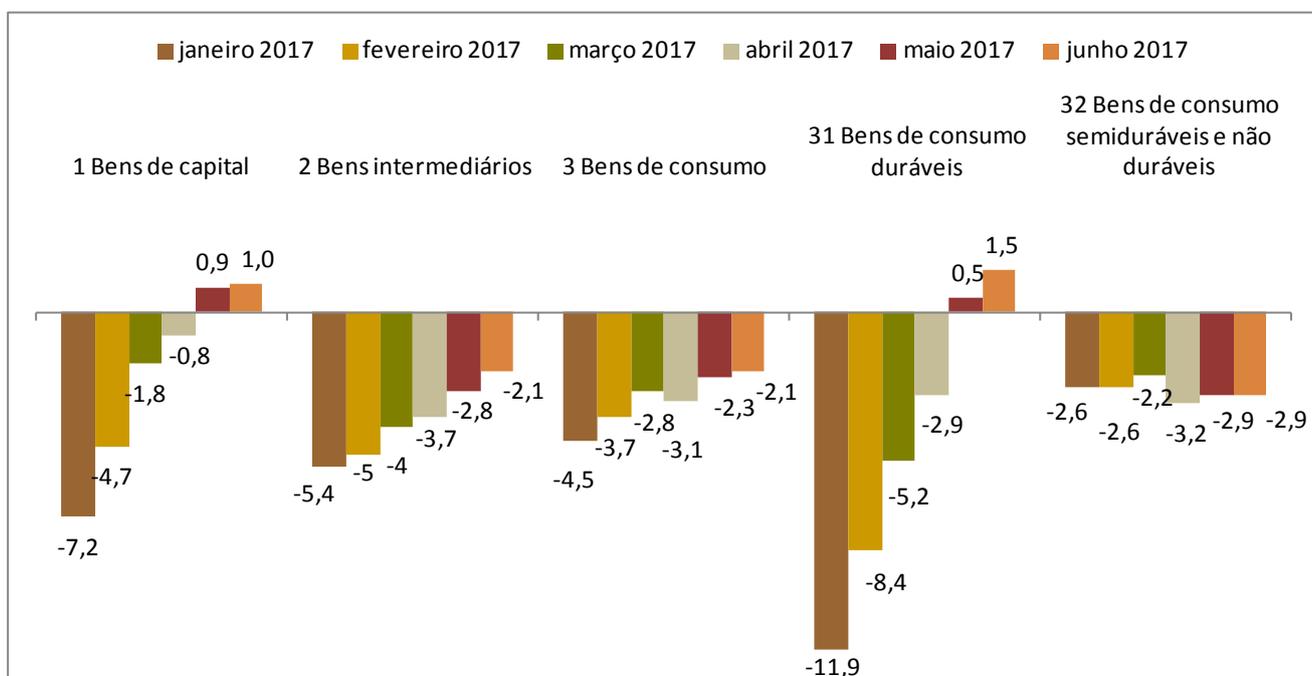
Cabe destacar, neste contexto, o papel das exportações que tem auxiliado importantes setores industriais, já que a demanda interna se mostra desaquecida e a inadimplência elevada.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial - Brasil - jun/2016 a jun/2017 - Acumulado dos últimos 12 meses (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB / ETENE, com dados do IBGE.

Gráfico 2 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial por grandes categorias econômicas (%) - Brasil - jan/2017 a jun/2017 - Acumulado dos últimos 12 meses (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB / ETENE, com dados do IBGE.

4. Serviços

Conforme o IBGE, o setor de serviços segue em retração. De janeiro a junho de 2017, o volume de serviços no Brasil declinou 4,1% frente ao mesmo período de 2016, tendência iniciada em janeiro de 2015. No acumulado dos últimos 12 meses, o volume de serviços no País caiu 4,7% em relação ao mesmo período imediatamente anterior (Gráfico 1).

No acumulado de 2017, todas as atividades de serviços recuaram no Brasil, em especial outros serviços (-10,1%), serviços profissionais (-8,6%) e serviços prestados às famílias (-2,1%). Além disso, as subatividades do setor seguiram trajetória de queda, principalmente transporte aéreo (-17,9%), serviços técnico-profissionais (-16,1%) e serviços audiovisuais (-9,0%), como mostra a Tabela 1.

Considerando as unidades federativas da área de atuação do Banco do Nordeste, apenas Rio Grande do Norte (+1,0%) registrou crescimento no volume de serviços no primeiro semestre de 2017. Por outro lado, Minas Gerais (-3,0%), Alagoas (-2,2%), Espírito Santo (-1,3%) e Piauí (-1,0%) apresentaram variação negativa nos seus respectivos volumes de serviços no acumulado do ano. Sergipe (-11,8%), Maranhão (-9,6%), Paraíba (-8,4%), Bahia (-6,1%), Pernambuco (-5,4%) e Ceará (-4,3%) apresentaram resultados negativos inferiores à média nacional (-4,1%), como indica o Gráfico 2.

No Ceará, apenas serviços prestados às famílias (+4,5%) e transporte (+1,9%) apresentaram variação positiva nos primeiros seis meses do ano corrente (Tabela 2). Por outro lado, na mesma base de comparação, a atividade de outros serviços apresentou o pior desempenho, acumulando um decréscimo de 29,5%, seguida de serviços de informação (-6,0%) e serviços profissionais (-0,5%).

Em Pernambuco, o volume de serviços declinou 5,4% de janeiro a junho de 2017 (Gráfico 3). Serviços prestados às famílias (+12,8%) registrou maior incremento nesse período, seguido de outros serviços (+5,4%). As atividades de transporte (-11,4%) e serviços profissionais (-9,4%) apresentaram os piores desempenhos no setor, sendo estas as maiores responsáveis pelo declínio superior à média nacional (Tabela 2).

Na Bahia, os serviços declinaram 6,1% no acumulado do ano (Gráfico 3) e, nesta base de comparação, todos os subsetores recuaram. Em particular, serviços profissionais

(-14,3%), outros serviços (-13,6%) e transporte (-3,8%), registraram as maiores retrações, de acordo com os dados da Tabela 2.

Em Minas Gerais, o declínio do setor foi de 3,0%. A atividade de serviços de informação (-8,0%) obteve a pior variação nos primeiros seis meses do ano, seguida de transporte (-5,7%), contrastando com o resultado de outros serviços (+19,0%) e serviços prestados às famílias (+18,8%), que amenizaram a queda no volume total (Tabela 2).

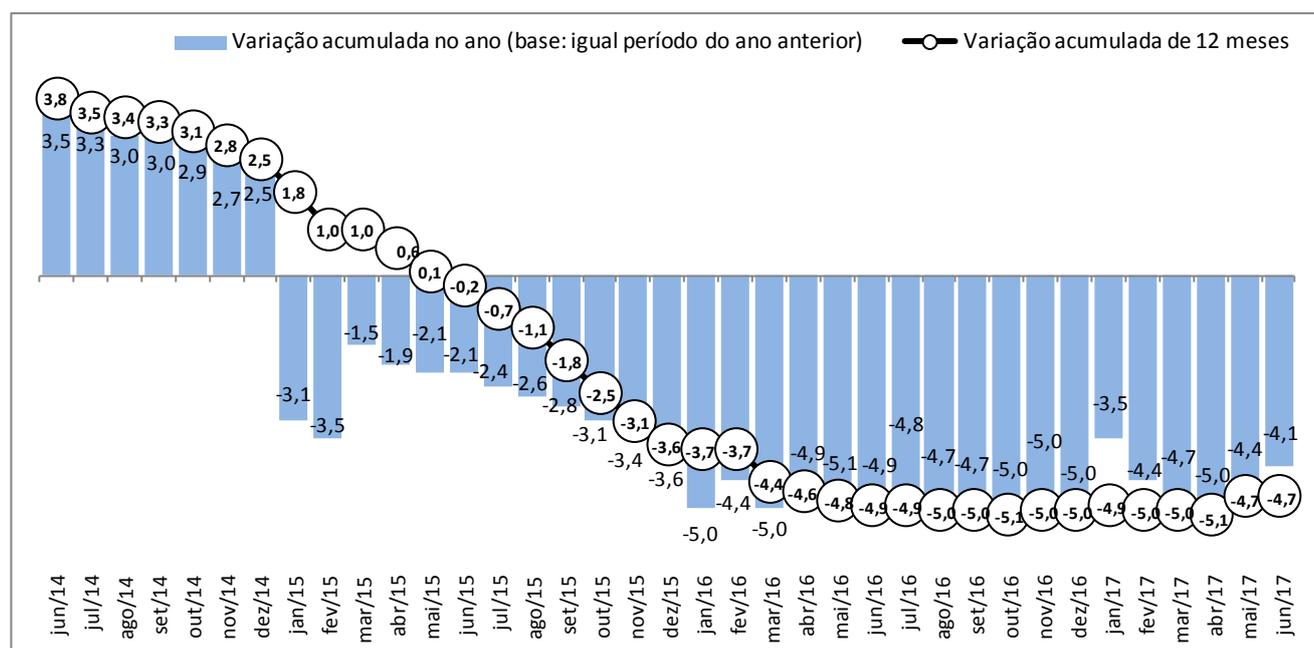
No Espírito Santo, o volume de serviços decresceu 1,3%. Os desempenhos mais favoráveis ficaram por conta de outros serviços (+8,7%), serviços de informação e comunicação (+8,0%) e transporte (+4,8%). Enquanto isso, serviços prestados às famílias (-14,5%) e profissionais (-10,8%) apresentaram os piores resultados no acumulado de janeiro a junho do corrente ano (Tabela 2).

Em relação ao volume das atividades de turismo, Pernambuco tem se constituído na unidade federativa da área de atuação do Banco do Nordeste com maior expansão dessa atividade (+7,1%) no acumulado de 2017 (Gráfico 4). Ainda nesta base de comparação, Bahia (+2,2%) e Minas Gerais (+0,5%) também apresentaram variações positivas. Mesmo acima da variação nacional (-6,4%), Ceará (-0,4%) apresentou leve queda, enquanto que o Espírito Santo (-12,4%) registrou o pior resultado dentre as unidades federativas (Gráfico 4).

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o desemprego e a diminuição da renda das famílias impactam negativamente no desempenho da atividade econômica interna. Além disso, os preços dos serviços têm se mostrado resistentes ao processo de declínio da inflação verificado no Brasil. Consequentemente, observa-se um entrave para a retomada da expansão das atividades terciárias.

A CNC estima que o segundo semestre de 2017 deverá ser melhor em comparação com o de 2016, porém isso não evitará que o volume de receitas do setor recue pelo terceiro ano consecutivo. A previsão da CNC quanto à variação do volume de receitas dos serviços é de -3,6% em 2017.

Gráfico 1 - Variação % do volume de serviços no Brasil - Acumulado em 12 meses e no ano



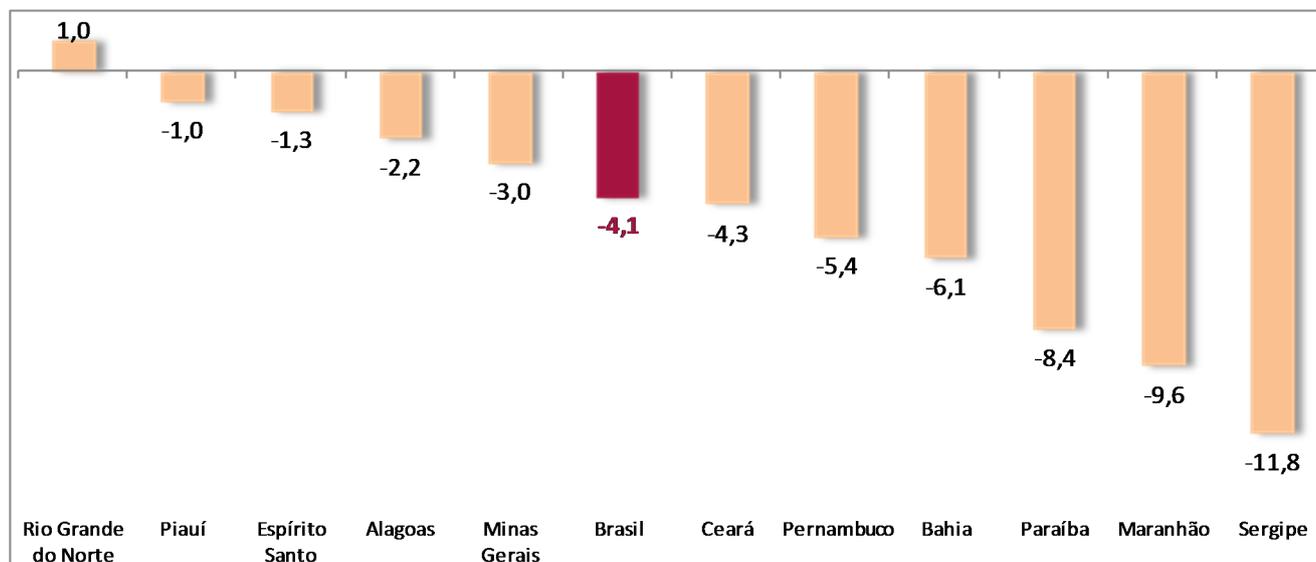
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 1 – Variação⁽¹⁾ % do volume de serviços no Brasil por atividade e subatividade - Acumulado em 2017 até Junho

Atividades e subatividades	Var.%
Serviços prestados às famílias	-2,1
Serviços de alojamento e alimentação	-1,4
Outros serviços prestados às famílias	-5,8
Serviços de informação e comunicação	-1,7
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	-0,2
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-9,0
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-8,6
Serviços técnico-profissionais	-16,1
Serviços administrativos e complementares	-4,9
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-0,8
Transporte terrestre	-2,5
Transporte aquaviário	7,4
Transporte aéreo	-17,9
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	5,3
Outros serviços	-10,1
Total	-4,1

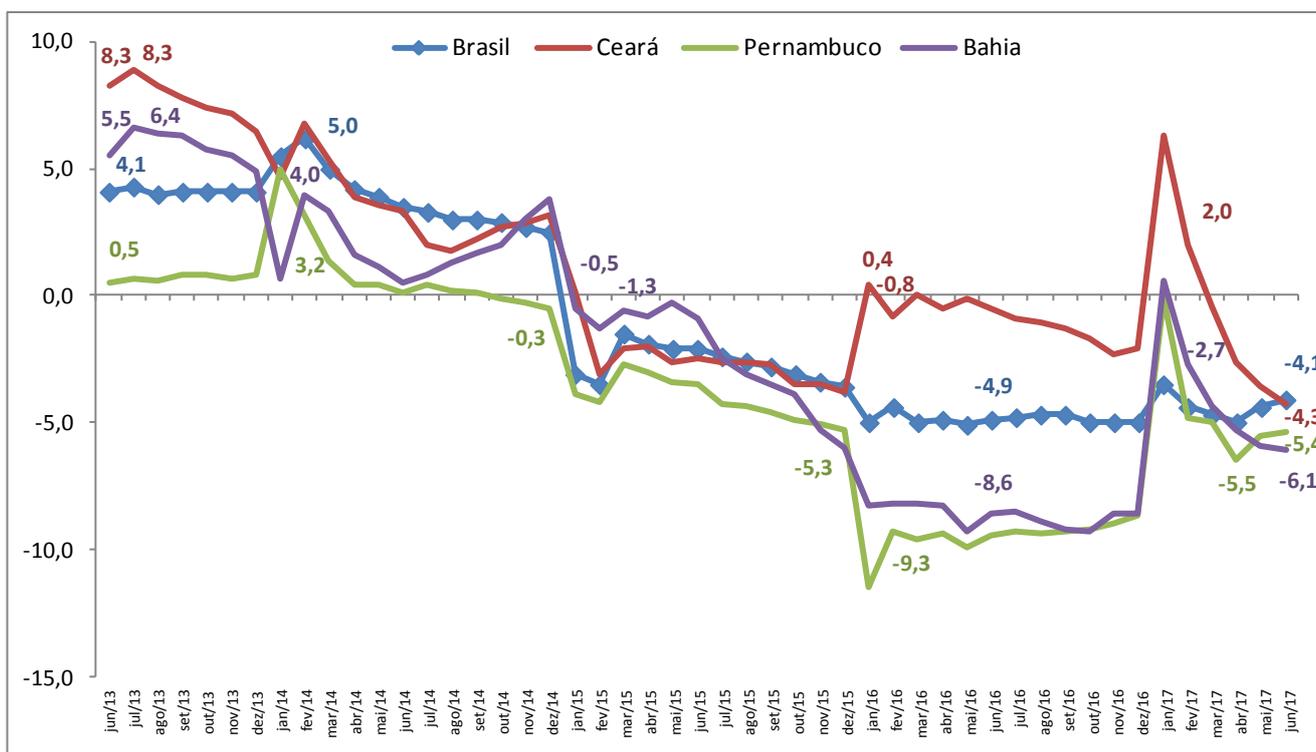
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2 - Variação⁽¹⁾ % do volume de serviços no Brasil e estados selecionados - Acumulado em 2017 até junho



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 3 - Variação⁽¹⁾ % do volume de serviços por atividade no Brasil e estados selecionados - Acumulado no ano



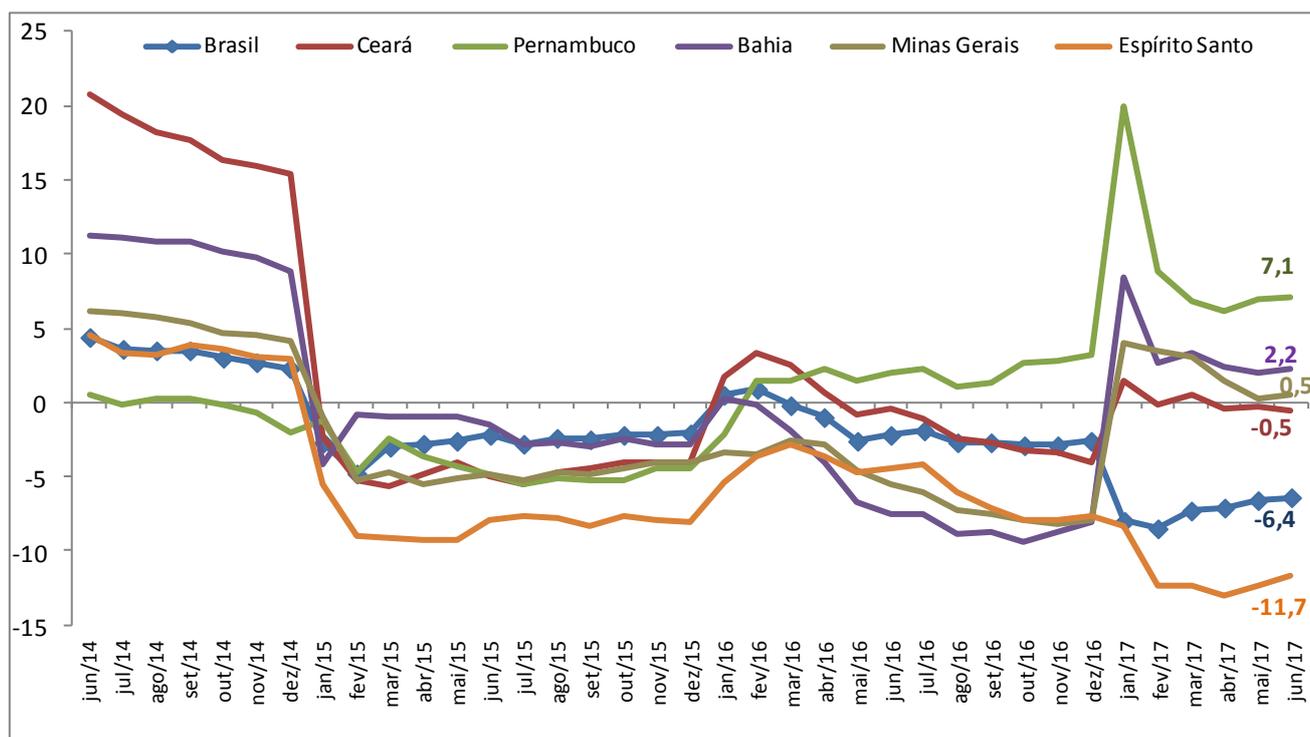
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 2 - Variação ⁽¹⁾ % do volume de serviços por atividades no Brasil e estados selecionados - Acumulado em 2017 até junho

Atividades de Serviços	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	4,5	12,8	-2,7	18,8	-14,5
Serviços de informação e comunicação	-6,0	-6,1	-1,6	-8,0	8,0
Serviços Profissionais, administrativos e complementares	-0,5	-9,4	-14,3	3,6	-10,8
Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio	1,6	-11,4	-3,8	-5,7	4,8
Outros serviços	-29,5	5,4	-13,6	19,0	8,7
Total	-4,3	-5,4	-6,1	-3,0	-1,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 4 – Variação % ⁽¹⁾ do volume das atividades turísticas no Brasil e estados selecionados - Acumulado em 2017 até junho



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE. Nota: (1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

5. Comércio Varejista

O comércio varejista nacional registrou queda de 0,1% no acumulado dos seis primeiros meses de 2017 (Gráfico 1) e recuo de 3,0% no acumulado dos últimos doze meses encerrados em junho, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O comércio varejista ampliado, que inclui, além do varejo, comercialização de veículos e de material de construção, apresentou crescimento de 0,3% no País no primeiro semestre de 2017 (Gráfico 1) e recuo de 4,1% nos últimos 12 meses finalizados em junho.

Quanto aos estados, o varejo apresentou trajetória de crescimento no acumulado de 2017 em Alagoas (+7,2%), Minas Gerais (+3,8%), Pernambuco (+3,6%), Maranhão (+1,7%) e Paraíba (+0,3%). As demais unidades federativas da área de atuação do Banco do Nordeste registraram decréscimo, nessa base de comparação: Espírito Santo (-7,7%), Sergipe (-7,5%), Piauí (-5,3%), Ceará (-4,8%), Bahia (-2,6%) e Rio Grande do Norte (-1,3%). As seis últimas unidades federativas citadas apresentaram desempenho inferior, em comparação com a média nacional (-0,1%), de acordo com o Gráfico 2.

Em relação ao comércio varejista ampliado, Alagoas (+5,2%), Maranhão (+3,4%), Pernambuco (+2,5%) e Paraíba (+2,4%) apresentaram crescimento no volume de vendas acima da média do País (+0,3%) no primeiro semestre de 2017. Apesar de não superar a média nacional, Espírito Santo (+0,2%) também obteve variação positiva no acumulado de 2017. Por outro lado, Piauí (-5,0%), Rio Grande do Norte (-4,3%), Sergipe (-3,7%), Ceará (-2,0%), Bahia (-1,9%) e Minas Gerais (-0,6%) apresentaram queda, como demonstrado no Gráfico 2.

No Ceará, o comércio varejista recuou 4,8% no primeiro semestre de 2017. Os únicos segmentos que registrar crescimento foram material de escritório (+15,3%), artigos farmacêuticos, médicos, de perfumaria e cosméticos (+9,2%) e outros artigos (+3,5%). Quanto ao varejo ampliado, que declinou 2,0% no primeiro semestre, o volume de vendas de material de construção (+14,7%) registrou a segunda maior alta dentre os segmentos do setor, contrastando com o comércio de veículos, motocicletas, partes e peças (-0,1%), que permaneceu estável no acumulado do ano. Os demais grupos de atividades registraram queda, a exemplo de combustíveis e lubrificantes (-24,1%), móveis e eletrodomésticos (-17,3%) e livros, jornais, revistas e papelaria (-15,3%), conforme especificado na Tabela 1.

Em Pernambuco, o comércio varejista (+3,6%) e o ampliado (+2,5%) apresentam recuperação nos seis

primeiros meses de 2017, principalmente equipamentos e material para escritório (+50,3%), tecidos, vestuários e calçados (+17,2%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (+6,9%), além de móveis e eletrodomésticos (+5,8%). Em contraposição, o comércio de livros, jornais, revistas e papelaria (-20,3%) apresentou a maior queda dentre as atividades pesquisadas, seguido de hiper e supermercados (-12,1%) e material de construção (-9,3%) (Tabela 1).

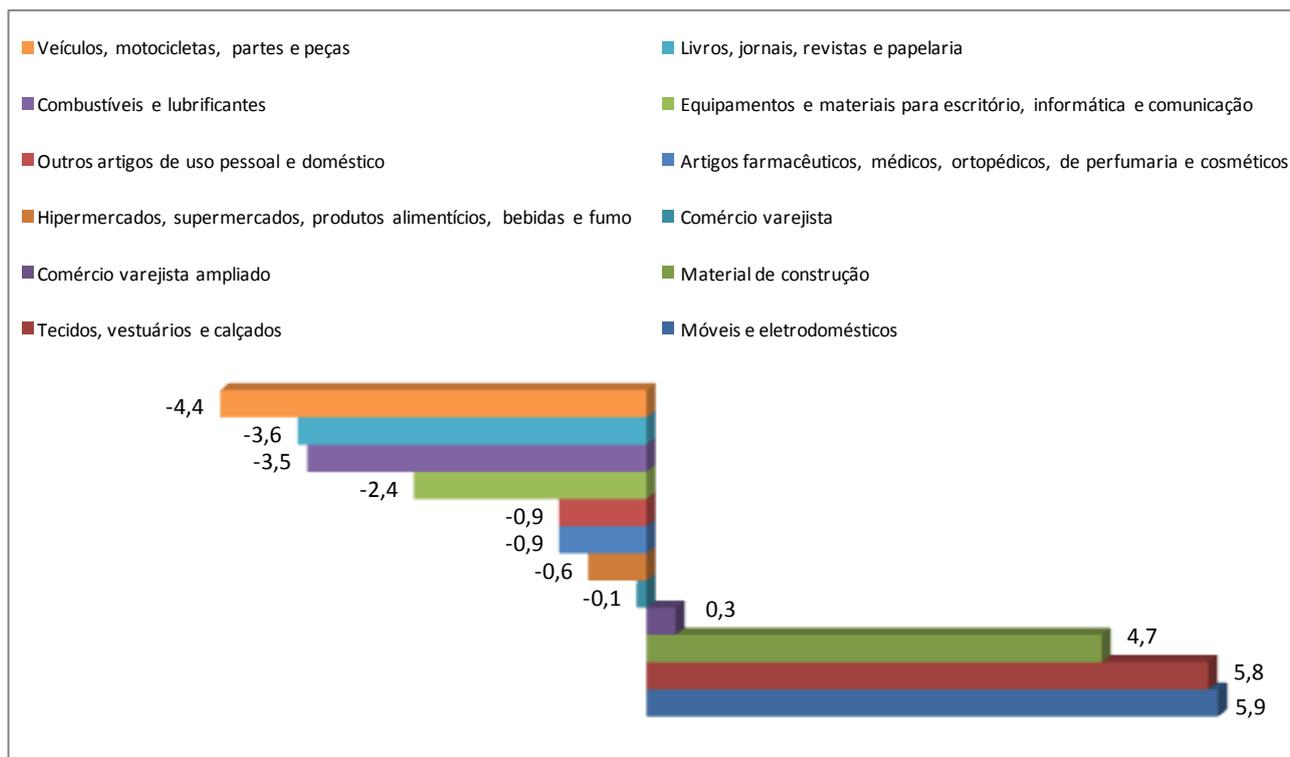
Na Bahia, o comércio varejista recuou 2,6% no acumulado de janeiro a junho de 2017. Contudo, alguns segmentos apresentaram resultados favoráveis, a exemplo de livros, jornais e revistas (+27,8%), móveis e eletrodomésticos (+17,2%), tecidos, vestuário e calçados (+6,2%) e outros artigos de uso pessoal (+2,2%). Em relação ao varejo ampliado, o recuo foi de 1,9%, com destaque para material de construção (+0,6%), que contribuiu para amenizar referida queda, como demonstra a Tabela 1.

Em Minas Gerais, o varejo cresceu 3,8% no primeiro semestre do ano corrente. Destaque para a expansão da venda de tecidos, vestuário e calçados (+32,4%), supermercados e produtos alimentícios (+12,6%) e móveis e eletrodomésticos (+8,8%). Por outro lado, o varejo ampliado recuou 0,6%. O comércio de veículos, motocicletas, partes e peças caiu 28,5%, representando o maior decréscimo no volume de vendas dentre as atividades desse Estado (Tabela 1).

No Espírito Santo, o varejo recuou 7,7% no primeiro semestre de 2017. Por sua vez, o comércio varejista ampliado registrou estabilidade (+0,2%). Resultados favoráveis ocorreram nos segmentos de veículos (+21,8%), tecidos, vestuários e calçados (+10,4%), equipamentos e materiais para escritório (+9,7%), artigos farmacêuticos (+4,6%), além de móveis e eletrodomésticos (+3,8%). As demais atividades registraram queda no acumulado de 2017 (Tabela 1).

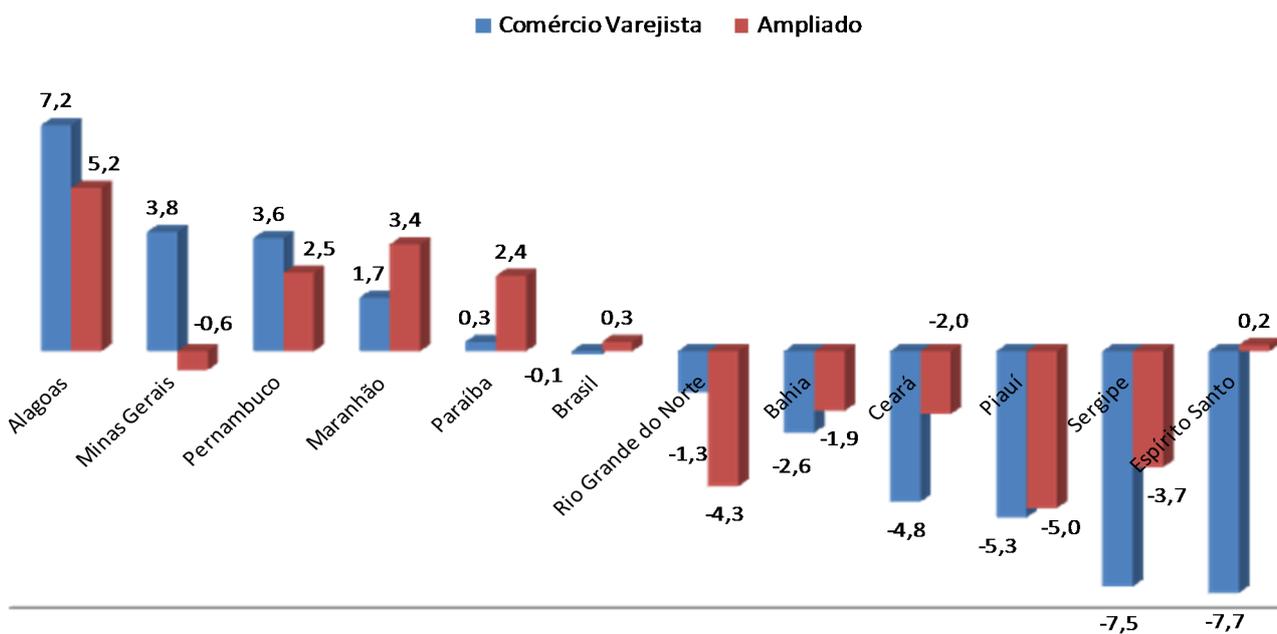
De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o varejo vem se aproximando da recuperação após três anos de declínio, embora lentamente. Considerando a queda nas taxas de inflação e de juros, e tendo em vista o melhor desempenho do mercado de trabalho, a entidade revisou as expectativas de crescimento para o varejo ampliado em 2017, de +1,6% para +1,8%. Para o conceito restrito, a CNC projeta alta de 1,0%.

Gráfico 1 - Variação (%) no volume de vendas do comércio no Brasil - Acumulado no primeiro semestre de 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE..

Gráfico 2 - Variação (%) no volume de vendas do comércio - Brasil e Estados selecionados - Acumulado no primeiro semestre de 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e estados selecionados - Acumulado no primeiro semestre de 2017

Comércio e Atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	-0,1	-4,8	3,6	-2,6	3,8	-7,7
Combustíveis e lubrificantes	-3,5	-24,1	4,9	-3,8	-25,0	-11,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-0,6	-2,3	-2,0	-12,7	12,6	-15,1
Hipermercados e supermercados	-0,3	-8,9	-12,1	-13,6	14,5	-13,9
Tecidos, vestuários e calçados	5,8	-2,4	17,2	6,2	32,4	10,4
Móveis e eletrodomésticos	5,9	-17,3	5,8	17,2	8,8	3,8
Móveis	-12,7	-34,2	-30,0	-9,5	-10,9	15,4
Eletrodomésticos	5,9	-8,4	25,3	21,3	10,1	-17,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-0,9	9,2	-12,0	-5,7	-3,5	4,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	-3,6	-15,3	-20,3	27,8	3,8	-13,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-2,4	15,3	50,3	-1,0	-28,3	9,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-0,9	3,5	6,9	2,2	-5,5	-5,7
Comércio varejista ampliado	0,3	-2,0	2,5	-1,9	-0,6	0,2
Veículos, motocicletas, partes e peças	-4,4	-0,1	1,7	-1,3	-28,5	21,8
Material de construção	4,7	14,7	-9,3	0,6	-0,3	-28,8

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

6. Turismo

A retração econômica não impediu que as despesas cambiais do turismo aumentassem no Brasil. Conforme o Banco Central (Bacen), os gastos efetuados por turistas brasileiros em visita ao exterior totalizaram cerca de US\$ 8,8 bilhões no acumulado de janeiro a junho de 2017, representando incremento de 34,7% em relação ao mesmo período de 2016 (Tabela 1).

Por sua vez, os passageiros internacionais proporcionaram uma receita cambial de US\$ 3,0 bilhões ao Brasil. Referidos números ficaram pouco abaixo dos valores obtidos no mesmo período de 2016, quando a receita proporcionada foi de US\$ 3,1 bilhões, como mostra a Tabela 1.

Devido ao aumento das despesas de turistas brasileiros no exterior e considerando a estabilidade das receitas turísticas, o déficit da conta viagens aumentou em 70,2% quando se compara o período de janeiro a junho de 2017 (US\$ 5,7 bilhões) com o mesmo período de 2016 (US\$ 3,3 bilhões), conforme especificado na Tabela 1.

O turismo interno, por sua vez, tem sido afetado negativamente pela situação econômica do País. Especificamente no Nordeste, foram registrados 163 mil voos nessa Região de janeiro a junho de 2017, representando decréscimo de 4,4% quando comparado com o primeiro semestre do ano anterior (Tabela 2). Os voos domésticos representaram aproximadamente 98,0% desse total e os internacionais os 2,0% restantes, conforme dados divulgados pela Infraero.

Os estados com o maior número de voos foram Bahia, Pernambuco, Ceará, que juntos responderam por 67,4% dos voos da Região nos seis primeiros meses de 2017. Seguiram Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Piauí e Sergipe, que em conjunto responderam por 32,6% dos voos do Nordeste (Tabela 2).

Os únicos estados que apresentaram crescimento no número de voos foram Rio Grande do Norte (+3,6%), Pernambuco (+2,3%) e Maranhão (+0,2%). Os demais registraram declínios: Alagoas (-13,8%), Bahia (-11,0%), Paraíba (-5,2%), Piauí (-4,7%), Ceará (-4,3%) e Sergipe (-1,2%), conforme especificado na Tabela 2.

Ainda de acordo com a Infraero, cerca de 15,7 milhões de passageiros transitaram no Nordeste nos primeiros seis meses do ano corrente, representando uma queda de 1,2% quando comparado com igual período do ano anterior (Tabela 3). Desse total, 97,4% foram passageiros procedentes de voos domésticos e 2,6% de estrangeiros.

Os estados com o maior fluxo de passageiros foram Bahia, Pernambuco e Ceará, respondendo por 69,0% do fluxo regional. As demais unidades federativas do Nordeste ficaram com 31,0% da movimentação de passageiros.

Os fluxos de passageiros foram positivos no Rio Grande do Norte (+7,1%) e Pernambuco (+4,0%). Os maiores recuos ocorreram na Paraíba (-18,15%), Piauí (-4,2%) e Bahia (-4,0%). Seguiram Maranhão (-3,7%), Sergipe (-2,7%), Alagoas (-1,3%) e Ceará (-0,5%), conforme especificado na Tabela 3.

A movimentação de aeronaves registrou aumento nos aeroportos de Parnaíba-PI (+20,2%), São Luís (+3,7%), Natal-RN (+3,6%) e Recife-PE (+2,6%). Os maiores recuos ocorreram em Paulo Afonso-BA (-15,0%), Maceió-AL (-13,8%), seguido por Salvador-BA (-11,8%) e Imperatriz-MA (-10,0%), conforme a Tabela 4.

Nos primeiros seis meses de 2017, os aeroportos de Parnaíba (+53,2%), Campina Grande-PB (+9,3%), Petrolina-PE (+8,4%) e Natal-RN (+7,1%) apresentaram incremento no movimento de passageiros, enquanto que os demais apresentaram recuos. Dentre estes, estão os terminais de João Pessoa-PA (-20,7%), Paulo Afonso-BA (-10,1%), Teresina (-4,6%) e Salvador (-4,5%), de acordo com a Tabela 5.

Tabela 1 - Receita, despesa e déficit cambial turístico no Brasil

Mês	2016		2017		Déficit	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	2016	2017
Janeiro	650	840	661	1.579	-190	-918
Fevereiro	599	841	535	1.362	-242	-827
Março	597	1.291	650	1.533	-694	-883
Abril	475	1.076	417	1.325	-602	-908
Mai	434	1.113	419	1.497	-679	-1.077
Junho	402	1.372	377	1.510	-970	-1.133
Total	3.156	6.532	3.059	8.805	-3.377	-5.747

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Tabela 2 - Movimento de aeronaves no Nordeste e estados

Estado/Região	Jan-Jun/2016	Jan-Jun/2017	Var.%	Part.% em 2017
Ceará	30.665	29.346	-4,3	18,0
Paraíba	8.577	8.133	-5,2	5,0
Bahia	47.242	42.059	-11,0	25,9
Piauí	8.422	8.029	-4,7	4,9
Maranhão	12.407	12.433	0,2	7,6
Sergipe	6.490	6.411	-1,2	3,9
Alagoas	10.035	8.653	-13,8	5,3
Pernambuco	37.616	38.469	2,3	23,6
Rio Grande do Norte	9.213	9.546	3,6	5,8
Nordeste	170.667	163.079	-4,4	100,0

Fonte: Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Tabela 3 - Movimento de passageiros no Nordeste e Estados

Estado/Região	Jan-Jun/2016	Jan-Jun/2017	Var.%	Part.% em 2017
Ceará	3.103.055	3.086.334	-0,5	19,7
Paraíba	763.357	624.850	-18,1	4,0
Bahia	4.176.168	4.007.867	-4,0	25,5
Piauí	557.629	533.979	-4,2	3,4
Maranhão	941.059	906.060	-3,7	5,8
Sergipe	619.988	603.240	-2,7	3,8
Alagoas	989.436	976.305	-1,3	6,2
Pernambuco	3.594.084	3.739.466	4,0	23,8
Rio Grande do Norte	1.136.706	1.217.956	7,1	7,8
Nordeste	15.881.482	15.696.057	-1,2	100,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e aeroportos privados.

Tabela 4 - Movimento de aeronaves nos aeroportos do Nordeste

Aeroporto	Jan-Jun/2016	Jan-Jun/2017	Var.%	Part.% em 2017
Aracaju	6.490	6.411	-1,2	3,9
Fortaleza	26.411	25.132	-4,8	15,4
Ilhéus	4.635	4.494	-3,0	2,8
Imperatriz	3.129	2.815	-10,0	1,7
João Pessoa	6.939	6.534	-5,8	4,0
Juazeiro do Norte	4.254	4.214	-0,9	2,6
Campina Grande	1.638	1.599	-2,4	1,0
Maceió	10.035	8.653	-13,8	5,3
Parnaíba	550	661	20,2	0,4
Petrolina	3.085	3.035	-1,6	1,9
Recife	34.531	35.434	2,6	21,7
São Luís	9.278	9.618	3,7	5,9
Salvador	42.106	37.139	-11,8	22,8
Teresina	7.872	7.368	-6,4	4,5
Paulo Afonso	501	426	-15,0	0,3
Natal	9.213	9.546	3,6	5,8
Nordeste	170.667	163.079	-4,4	100,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e aeroportos privados.

Tabela 5 - Movimento de passageiros por aeroportos do Nordeste

Aeroporto	Jan-Jun/2016	Jan-Jun/2017	Var.%	Part.% em 2017
Aracaju	619.988	603.240	-2,7	3,8
Fortaleza	2.825.273	2.815.803	-0,3	18,0
Ilhéus	285.024	292.618	2,7	1,9
Imperatriz	150.107	146.070	-2,7	0,9
João Pessoa	699.323	554.880	-20,6	3,5
Juazeiro do Norte	277.782	270.531	-2,6	1,7
Campina Grande	64.034	69.970	9,3	0,4
Maceió	989.436	976.305	-1,3	6,2
Parnaíba	3.855	5.905	53,2	0,0
Petrolina	219.559	238.008	8,4	1,5
Recife	3.374.525	3.501.458	3,8	22,4
São Luís	790.952	759.990	-3,9	4,8
Salvador	3.885.312	3.710.006	-4,5	23,7
Teresina	553.774	528.074	-4,6	3,4
Paulo Afonso	5.832	5.243	-10,1	0,0
Natal	1.136.706	1.217.956	7,1	7,8
Nordeste	15.881.482	15.696.057	-1,2	100,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e aeroportos privados.

7. Mercado de Trabalho

O Nordeste finalizou o primeiro semestre de 2017 com eliminação de 96.330 postos de trabalho, resultado do total dos 987.880 admitidos e os 1.084.210 demitidos, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Setorialmente, apenas a Administração Pública (+3.292 postos) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+2.782 postos) apresentaram geração de emprego com carteira assinada no acumulado do ano. A Indústria de Transformação (-53.520 postos) foi o setor que mais perdeu profissionais, seguido pelo Comércio (-24.672 postos) e Construção Civil (-14.330 postos), conforme dados da Tabela 1.

No entanto, a partir do mês de maio de 2017, apesar do saldo negativo no acumulado de 2017, a Região vem apresentando geração de emprego.

Em maio de 2017, mesmo que modesto, foram criados 372 postos com carteira assinada na Região, resultado dos 163.466 admitidos contra os 163.094 demitidos, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados pelo Ministério do Trabalho (Tabela 2).

Já a movimentação de empregos para o mês de junho de 2017 mostra uma retomada, ainda modesta, na geração de empregos na Região, com saldo positivo de 4.981 postos de trabalho. Desta forma, o Nordeste configura a terceira região que mais gera empregos formais no País. Enquanto isso, o Sudeste (+9.273 postos) lidera na formação de novos postos de trabalho, com incremento de 9.273 empregos, seguido pelo Centro-Oeste (+8.340 postos) e Norte (+1.847 postos). Apenas o Sul registrou perda de empregos formais, com redução de 14.620 postos, conforme especificado na Tabela 2.

O resultado positivo em junho na Região foi impulsionado pelos setores da Agropecuária (+2.839 postos), Indústria de Transformação (+2.722 postos) e Comércio (+981 postos). Apenas a Construção Civil (-1.840 postos) e a Extrativa Mineral (-36 postos) seguem com redução do quadro de empregos com carteira assinada.

Quanto ao recorte para Unidades Federativas, com exceção Bahia (+6.146 postos) e Piauí (+1.272 postos), todos os estados da Região acumularam saldo negativo no primeiro semestre de 2017, conforme especificado na Tabela 3. O bom resultado na Bahia foi em decorrência

do aumento nível de emprego dos setores da Agropecuária, com criação de 8.118 postos de trabalho, seguido pela Indústria de Transformação (+3.330 postos), Administração Pública (+2.946 postos), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+1.614 postos) e Serviços (+217 postos). Já no Piauí, o saldo positivo no primeiro semestre de 2017 deriva, principalmente, em razão do desempenho favorável de Serviços (+ 2.102 postos), Agropecuária (+898 postos) e Indústria de Transformação (+310 postos).

Todavia, em junho de 2017, verificou-se uma nítida melhoria na formação de novos postos de trabalho em todos os estados da Região, com exceção da Bahia (-1.290 postos) e Alagoas (-156 postos). Essa tendência positiva na Região foi acompanhada pelos seguintes estados no mês de junho desse ano: Pernambuco (+2.726 postos), Maranhão (+1.531 postos), Piauí (+712 postos) e Sergipe (+634 postos), conforme especificado na Tabela 2.

Depois de dois anos apresentando saldo negativo no mês de junho, como mostra o Gráfico 1, Pernambuco registrou o maior crescimento de empregos formais em junho de 2017 na Região, geração de 2.726 postos de trabalho. O saldo positivo de postos de trabalho foi decorrente, principalmente, do favorável desempenho da Indústria de Transformação (+1.566), com destaque para a Indústria de Produtos Alimentícios e Bebidas (+1.862), seguido pela Agropecuária (+1.380), Comércio (+379) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+100), conforme especificado na Tabela 3. No recorte para os municípios, Petrolina (+1.141), Vicência (+694), Caruaru (+365), Sirinhaem (+359) e Santa Cruz do Capibaribe (+105) registraram os maiores saldos positivos no período em análise. Enquanto isso, Olinda (-370, Cabo de Santo Agostinho (-206 postos), Paulista (-116 postos), Recife (-114 postos) e Ipojuca (-112 postos) apresentaram as maiores perdas de emprego formal. Vale registrar que o conjunto de municípios da Região Metropolitana de Recife finalizou o mês de junho de 2017 com redução de 792 postos de trabalho, enquanto o total dos municípios do interior de Pernambuco, com mais de 30 mil habitantes, respondeu com a criação de 2.495 empregos formais.

Os dados para os demais estados do Nordeste estão especificados nas Tabelas de 4 a 11.

Tabela 1 – Nordeste: Movimentação dos admitidos e desligados por setor da atividade econômica

Setor	Maio de 2017			Junho de 2017			Primeiros Semestre de 2017		
	Admitidos	Desligados	Saldos	Admitidos	Desligados	Saldos	Admitidos	Desligados	Saldos
Agropecuária	14.994	9.915	5.079	13.732	10.893	2.839	68.886	76.172	-7.286
Indústria de Transformação	23.259	23.306	-47	23.697	20.975	2.722	130.171	183.691	-53.520
Comércio	38.867	43.078	-4.211	40.771	39.790	981	236.855	261.527	-24.672
Serviços	63.248	63.319	-71	61.065	60.943	122	409.148	410.307	-1.159
S. I. U. P. ⁽¹⁾	1.697	934	763	1.454	1.339	115	10.605	7.823	2.782
Administração Pública	787	577	210	439	361	78	6.678	3.386	3.292
Extrativa Mineral	451	636	-185	468	504	-36	2.627	4.064	-1.437
Construção Civil	20.163	21.329	-1.166	19.100	20.940	-1.840	122.910	137.240	-14.330
Nordeste	163.466	163.094	372	160.726	155.745	4.981	987.880	1.084.210	-96.330

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 2 – Brasil, Regiões e Unidades Federativas do Nordeste: Movimentação dos admitidos e desligados

Área Geográfica	Maio de 2017			Junho de 2017			Primeiro Semestre de 2017		
	Admitidos	Desligados	Saldos	Admitidos	Desligados	Saldos	Admitidos	Desligados	Saldos
Norte	50.466	51.490	-1.024	50.936	49.089	1.847	308.742	321.155	-12.413
Nordeste	163.466	163.094	372	160.726	155.745	4.981	987.880	1.084.210	-96.330
Pernambuco	29.991	30.186	-195	30.600	27.874	2.726	179.727	211.160	-31.433
Maranhão	12.589	11.807	782	12.271	10.740	1.531	70.348	74.581	-4.233
Piauí	7.517	6.681	836	8.500	7.788	712	47.696	46.424	1.272
Sergipe	6.695	6.828	-133	7.474	6.840	634	41.115	46.834	-5.719
Rio Grande do Norte	11.730	11.932	-202	11.944	11.491	453	70.837	75.641	-4.804
Paraíba	8.808	9.399	-591	8.751	8.513	238	55.665	65.805	-10.140
Ceará	29.761	32.701	-2.940	31.217	31.084	133	188.901	203.387	-14.486
Alagoas	7.056	7.207	-151	6.610	6.766	-156	40.442	73.375	-32.933
Bahia	49.319	46.353	2.966	43.359	44.649	-1.290	293.149	287.003	6.146
Sudeste	661.310	622.619	38.691	622.305	613.032	9.273	3.885.042	3.817.628	67.414
Sul	246.190	256.785	-10.595	228.160	242.780	-14.620	1.592.791	1.546.129	46.662
Centro-Oeste	121.001	114.192	6.809	119.803	111.463	8.340	748.834	686.809	62.025
Brasil	1.242.433	1.208.180	34.253	1.181.930	1.172.109	9.821	7.523.289	7.455.931	67.358

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

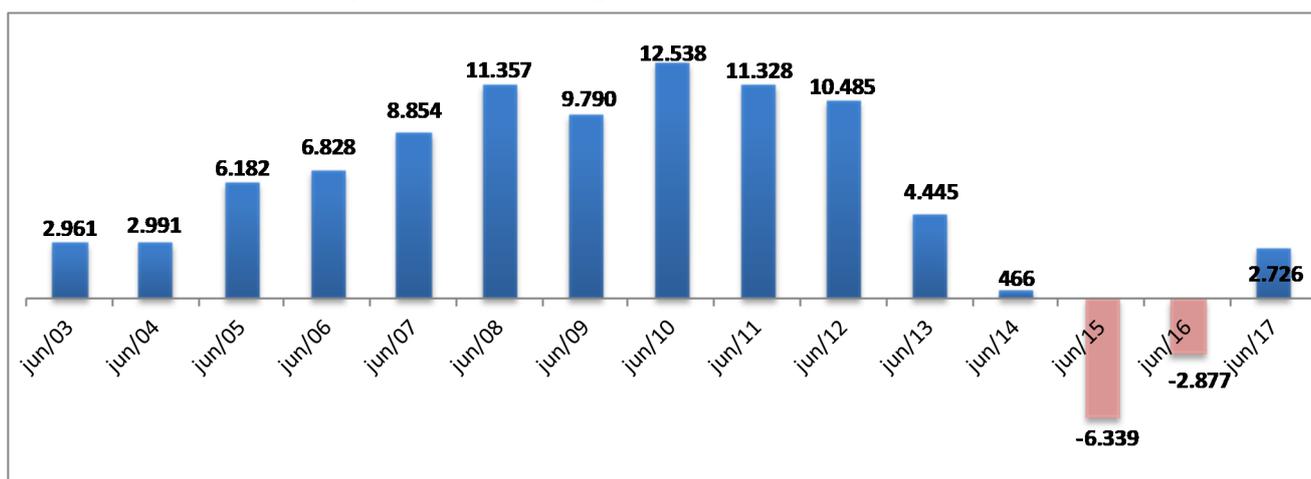
Tabela 3 – Pernambuco: Movimentação dos admitidos e desligados

Setor	Junho de 2017				Primeiro Semestre de 2017			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Indústria de Transformação	5.682	4.116	1.566	0,80	26.170	42.071	-15.901	-7,44
Agropecuária	2.773	1.393	1.380	2,96	12.075	16.369	-4.294	-8,24
Comércio	7.470	7.091	379	0,13	42.636	46.897	-4.261	-1,44
S. I. U. P. ⁽¹⁾	326	226	100	0,52	2.308	2.125	183	0,96
Extrativa Mineral	21	30	-9	-0,45	115	220	-105	-5,04
Administração Pública	26	36	-10	-0,03	197	154	43	0,11
Serviços	11.495	11.625	-130	-0,02	77.369	81.671	-4.302	-0,76
Construção Civil	2.807	3.357	-550	-0,75	18.857	21.653	-2.796	-3,68
PERNAMBUCO	30.600	27.874	2.726	0,22	179.727	211.160	-31.433	-2,49

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Gráfico 1 – Pernambuco - Evolução do saldo de emprego formal - 2003 a 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Tabela 4 – Maranhão: Movimentação dos admitidos e desligados

Setor	Junho de 2017				Primeiro Semestre de 2017			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Construção Civil	2.298	1.431	867	1,94	10.950	12.156	-1.206	-2,55
Agropecuária	1.776	1.011	765	3,51	7.433	6.574	859	3,95
Indústria de Transformação	1.005	883	122	0,32	5.870	6.604	-734	-1,87
S. I. U. P. ⁽¹⁾	73	51	22	0,36	505	407	98	1,64
Serviços	3.726	3.717	9	0,00	25.434	24.666	768	0,40
Administração Pública	31	28	3	0,02	337	268	69	0,35
Extrativa Mineral	36	35	1	0,07	108	224	-116	-7,60
Comércio	3.326	3.584	-258	-0,18	19.711	23.682	-3.971	-2,69
Maranhão	12.271	10.740	1.531	0,33	70.348	74.581	-4.233	-0,89

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 5 – Piauí: Movimentação dos admitidos e desligados

Setor	Junho de 2017				Primeiro Semestre de 2017			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Serviços	3.364	2.829	535	0,43	19.479	17.377	2.102	1,69
Agropecuária	733	393	340	3,85	3.035	2.137	898	10,85
Indústria de Transformação	965	631	334	1,20	4.562	4.252	310	1,11
Extrativa Mineral	34	17	17	2,36	154	160	-6	-0,81
Comércio	2.216	2.211	5	0,01	12.650	12.928	-278	-0,33
Administração Pública	1	1	0	0,00	7	19	-12	-0,10
S. I. U. P. ⁽¹⁾	47	68	-21	-0,44	484	335	149	3,17
Construção Civil	1.140	1.638	-498	-1,99	7.325	9.216	-1.891	-7,14
Piauí	8.500	7.788	712	0,25	47.696	46.424	1.272	0,44

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 6 – Sergipe: Movimentação dos admitidos e desligados

Setor	Junho de 2017				Primeiro Semestre de 2017			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Indústria de Transformação	1.778	927	851	2,05	7.269	9.143	-1.874	-4,24
Serviços	2.833	2.740	93	0,07	17.477	17.034	443	0,33
Agropecuária	308	220	88	0,95	1.173	3.664	-2.491	-21,07
S. I. U. P. ⁽¹⁾	223	182	41	0,74	1.294	486	808	16,93
Comércio	1.663	1.669	-6	-0,01	9.090	10.108	-1.018	-1,62
Administração Pública	16	29	-13	-0,12	158	358	-200	-1,91
Extrativa Mineral	10	45	-35	-1,18	69	235	-166	-5,36
Construção Civil	643	1.028	-385	-1,85	4.585	5.806	-1.221	-5,60
Sergipe	7.474	6.840	634	0,22	41.115	46.834	-5.719	-1,96

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 7 – Rio Grande do Norte: Movimentação dos admitidos e desligados

Setor	Junho de 2017				Primeiro Semestre de 2017			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Agropecuária	1.162	453	709	5,07	3.444	6.315	-2.871	-16,44
Indústria de Transformação	1.656	1.465	191	0,33	8.114	10.098	-1.984	-3,29
Comércio	2.903	2.811	92	0,08	17.166	18.416	-1.250	-1,10
Serviços	4.664	4.595	69	0,04	30.950	28.498	2.452	1,33
Administração Pública	18	13	5	0,07	153	67	86	1,20
Extrativa Mineral	94	130	-36	-0,52	473	1.041	-568	-7,66
S. I. U. P. ⁽¹⁾	56	128	-72	-1,16	437	528	-91	-1,46
Construção Civil	1.391	1.896	-505	-1,58	10.100	10.678	-578	-1,80
Rio Grande do Norte	11.944	11.491	453	0,11	70.837	75.641	-4.804	-1,12

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 8 – Paraíba: Movimentação dos admitidos e desligados

SETORES	Junho de 2017				Primeiro Semestre de 2017			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Comércio	2.679	2.142	537	0,53	16.046	16.183	-137	-0,14
Agropecuária	370	184	186	1,95	1.304	4.992	-3.688	-27,50
Serviços	3.409	3.259	150	0,10	21.941	22.115	-174	-0,11
S. I. U. P. ⁽¹⁾	82	73	9	0,12	500	430	70	0,96
Extrativa Mineral	11	10	1	0,08	89	93	-4	-0,31
Administração Pública	1	3	-2	-0,02	3	11	-8	-0,08
Construção Civil	1.208	1.411	-203	-0,57	8.976	8.900	76	0,22
Indústria de Transformação	991	1.431	-440	-0,63	6.806	13.081	-6.275	-8,29
Paraíba	8.751	8.513	238	0,06	55.665	65.805	-10.140	-2,54

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 9 – Ceará: Movimentação dos admitidos e desligados

Setor	Junho de 2017				Primeiro Semestre de 2017			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Agropecuária	768	522	246	1,04	3.645	4.968	-1.323	-5,24
Comércio	7.604	7.455	149	0,06	43.770	50.446	-6.676	-2,58
S. I. U. P. ⁽¹⁾	293	159	134	1,63	1.173	1.028	145	1,75
Serviços	13.179	13.148	31	0,01	82.663	84.792	-2.129	-0,43
Extrativa Mineral	54	53	1	0,04	271	471	-200	-6,70
Construção Civil	3.816	3.875	-59	-0,08	22.718	24.071	-1.353	-1,70
Administração Pública	52	139	-87	-0,13	977	590	387	0,58
Indústria de Transformação	5.451	5.733	-282	-0,12	33.684	37.021	-3.337	-1,40
Ceará	31.217	31.084	133	0,01	188.901	203.387	-14.486	-1,24

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 10 – Alagoas: Movimentação dos admitidos e desligados

Setor	Junho de 2017				Primeiro Semestre de 2017			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Indústria de Transformação	1.264	867	397	0,79	4.365	31.420	-27.055	-35,26
S. I. U. P. ⁽¹⁾	58	34	24	0,47	255	449	-194	-3,61
Extrativa Mineral	14	16	-2	-0,25	71	112	-41	-4,92
Administração Pública	9	14	-5	-0,04	32	51	-19	-0,15
Agropecuária	117	122	-5	-0,06	1.062	3.556	-2.494	-22,42
Comércio	1.829	1.936	-107	-0,13	11.122	12.917	-1.795	-2,11
Construção Civil	696	895	-199	-0,74	5.486	6.285	-799	-2,92
Serviços	2.623	2.882	-259	-0,19	18.049	18.585	-536	-0,39
Alagoas	6.610	6.766	-156	-0,05	40.442	73.375	-32.933	-9,21

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 11 – Bahia: Movimentação dos admitidos e desligados

Setor	Junho de 2017				Primeiro Semestre de 2017			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Comércio	11.081	10.891	190	0,04	64.664	69.950	-5.286	-1,23
Administração Pública	285	98	187	0,41	4.814	1.868	2.946	6,73
Extrativa Mineral	194	168	26	0,20	1.277	1.508	-231	-1,70
Indústria de Transformação	4.905	4.922	-17	-0,01	33.331	30.001	3.330	1,53
S. I. U. P. ⁽¹⁾	296	418	-122	-0,58	3.649	2.035	1.614	8,38
Construção Civil	5.101	5.409	-308	-0,26	33.913	38.475	-4.562	-3,65
Serviços	15.772	16.148	-376	-0,05	115.786	115.569	217	0,03
Agropecuária	5.725	6.595	-870	-0,83	35.715	27.597	8.118	8,41
Bahia	43.359	44.649	-1.290	-0,08	293.149	287.003	6.146	0,36

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

8. Comércio Exterior

A balança comercial brasileira acumulou superávit de US\$ 36.216 milhões no primeiro semestre de 2017, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 53,3% superior ao registrado em mesmo período do ano passado. Diante deste resultado favorável, a nova estimativa do MDIC para o saldo da balança comercial em 2017 aumentou de US\$ 55 bilhões para US\$ 60 bilhões.

As exportações, impulsionadas, principalmente, pela recuperação dos preços das *commodities*, totalizaram US\$ 107.710 milhões, incremento de 19,3% em relação ao primeiro semestre do ano passado. Segundo o MDIC, nesse período, os preços das mercadorias exportadas aumentaram 17,6% em média enquanto a quantidade embarcada subiu 1,8%.

Já as importações somaram US\$ 71.494 milhões, com incremento de 7,3% no semestre relativamente ao mesmo período de 2016. Os preços aumentaram 4,2% em média e a quantidade importada 2,9% no período.

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 179.204 milhões neste semestre contra US\$ 156.851 milhões de janeiro a junho de 2016.

O Gráfico 1 mostra o comportamento das exportações e importações brasileiras, evidenciando os saldos mensais da balança comercial no período em foco.

A especificação das exportações brasileiras por fator agregado (Tabela 1) mostra que todos os subgrupos apresentaram crescimento no volume de vendas no primeiro semestre de 2017, comparativamente ao primeiro semestre do ano passado.

As exportações de produtos básicos (48,7% da pauta) registraram expressivo aumento de 27,20%, nesse período comparativo. Soja, principal produto da pauta nordestina com 15,5% de participação, registrou incremento de receita de 20,0% e de 14,1% da quantidade embarcada. Em seguida, tem-se minério de ferro (9,3% da pauta total) e óleos brutos de petróleo (8,5%) com incrementos no valor exportado de 82,7% e 128,2%, respectivamente. Vale ressaltar que o País, atualmente, está exportando 1 milhão de barris de petróleo, em média, por dia.

Por sua vez, os embarques de produtos semimanufaturados (14,0% do total) cresceram 17,5% em

volume de vendas no período em análise. Os maiores incrementos, em valor absoluto, foram em açúcar de cana (+US\$ 1.145,7 milhões), produtos semimanufaturados de ferro ou aços (+US\$ 817,3 milhões) e celulose (+US\$ 266,4 milhões).

No grupo dos manufaturados (35,0% do total), automóveis de passageiros (+US\$ 1.126,0 milhões), veículos de carga (+US\$ 529,1 milhões), óleos combustíveis (+US\$ 460,1 milhões) e açúcar refinado (+US\$ 440,2 milhões) foram os principais destaques em incremento de receita.

Os parceiros comerciais China, Estados Unidos e Argentina responderam por 44,7% das exportações e por 41,1% das importações do Brasil no primeiro semestre de 2017.

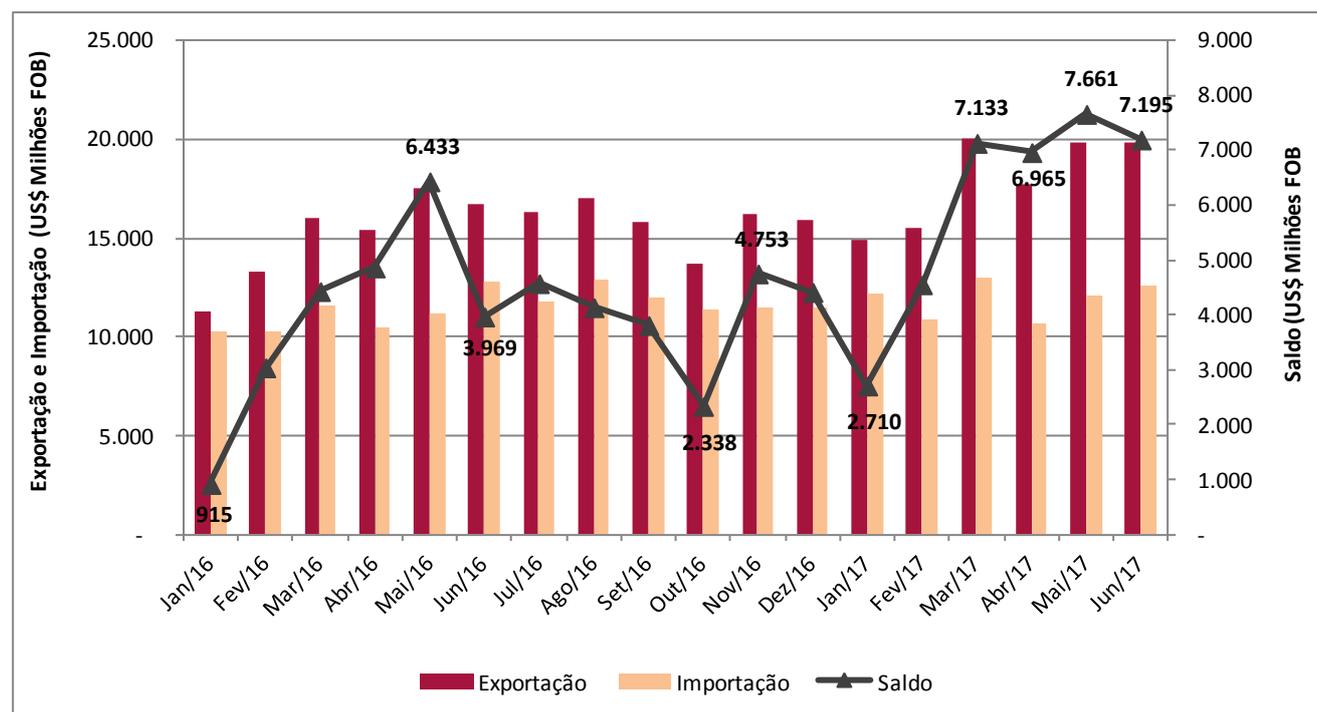
As relações comerciais com a China geraram um superávit de US\$ 14.691 milhões no acumulado do ano. As vendas para o país asiático cresceram 36,3%, nos primeiros seis meses de 2017 comparativamente a igual período do ano passado. Foram exportados, sobretudo: soja (48,0%), minério de ferro (20,4%) e óleos brutos de petróleo (15,6%).

As exportações para os Estados Unidos representaram 12,0% do total das vendas no acumulado do ano, registrando aumento de 21,1% relativamente ao mesmo período de 2016, saldo de US\$ 417 milhões. Foram embarcados óleos brutos de petróleo (12,0%), aviões (9,5%), produtos semimanufaturados de ferro ou aços (7,2%), dentre outros produtos.

Terceiro mercado de destino dos produtos brasileiros, com 7,7% de participação, a Argentina registrou acréscimo de 27,1% nas compras no período em análise. Os principais produtos adquiridos por essa nação foram automóveis de passageiros (27,6%), veículos de carga (11,1%) e partes e peças para veículos automóveis e tratores (5,9%).

Recorte por região mostra que o Nordeste foi a única a apresentar déficit no saldo da balança comercial (-US\$ 1.595 milhões) no acumulado de janeiro a junho do corrente ano (Tabela 2). A Região Sudeste, com superávit de US\$ 15.713 milhões, foi responsável por 49,0% das exportações e por 51,9% das importações do País.

Gráfico 1 - Exportações, importações e saldo da balança comercial no Brasil



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 1 - Brasil - Exportação por fator agregado - Jan - jun 2017/2016 - US\$ milhões FOB

Exportação por fator agregado	jan-jun/2017		jan-jun/2016		Variação %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	52.457	48,7	41.231	45,7	27,2
Industrializados	52.717	48,9	47.018	52,1	12,1
Semimanufaturados	15.052	14,0	12.806	14,2	17,5
Manufaturados	37.664	35,0	34.211	37,9	10,1
Operações especiais	2.537	2,4	2.002	2,2	26,7
Total	107.710	100,0	90.251	100,0	19,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 2 - Exportação, importação e saldo comercial por região – Jan - jun 2017 - US\$ milhões FOB

Regiões	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Participação (%)	Variação (%)	Valor	Participação (%)	Variação (%)	
Sudeste	52.804	49,0	24,6	37.092	51,9	2,2	15.713
Sul	21.532	20,0	12,3	15.748	22,0	16,9	5.784
Centro Oeste	13.976	13,0	-0,3	4.161	5,8	7,9	9.816
Norte	8.519	7,9	40,4	4.893	6,8	30,1	3.626
Nordeste	8.004	7,4	30,8	9.601	13,4	4,0	-1.596
Não declarada	2.874	2,7	-88,5	0	0,0	-53,8	2.874
Total	107.710	100,0	19,3	71.494	100,0	7,4	36.216

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

As exportações do Nordeste totalizaram US\$ 8.004,2 milhões no acumulado de janeiro-junho deste ano, com incremento de 30,8% em relação a mesmo período de 2016. As importações somaram US\$ 9.600,5 milhões, aumento de 4,0%, nesse período comparativo. A balança comercial nordestina acumulou déficit de US\$ 1.596,3 milhões, quase a metade do valor computado em mesmo período do ano anterior (-US\$ 3.109,9 milhões), conforme especificado no Gráfico 2. Nos seis primeiros meses do ano, as exportações nordestinas responderam por 7,4% do total das vendas externas brasileiras e por 13,4% das aquisições.

A desagregação das exportações nordestinas por fator agregado (Tabela 3) mostra que, no período em análise, as vendas dos produtos básicos (22,0% da pauta) cresceram 25,3% frente ao primeiro semestre de 2016. A soja liderou as exportações (13,2% do total da pauta), registrando crescimento de 76,6% no valor e de 68,6% na quantidade exportada. A Bahia respondeu por 46,8% das exportações do grão seguida do Maranhão (36,8%) e do Piauí (27,4%).

As exportações de produtos semimanufaturados cresceram 21,6% no período jan-jun/2017 frente a jan-jun/2016. O destaque coube as vendas de outros produtos semimanufaturados de ferro/aço (quarto item da pauta nordestina) realizadas pelo Ceará que somaram US\$ 482,3 milhões no acumulado até junho. Alumina calcinada, produzida no Maranhão, também apresentou desempenho expressivo, aumento de 37,4% no primeiro semestre de 2017, comparativamente ao mesmo período

do ano passado.

O embarque de produtos manufaturados apresentou crescimento de 40,8%, devido, principalmente, ao aumento das exportações de combustíveis e automóveis, produzidos em Pernambuco e na Bahia.

Quanto aos países de destino das exportações nordestinas, China (20,5%), Estados Unidos (15,3%), Argentina (11,6%) e Holanda (5,4%) foram responsáveis por 52,8% do total exportado. Destes, apenas a Holanda reduziu suas compras (-1,8%) no período janeiro a junho de 2017 frente a janeiro a junho de 2016. As vendas externas para os demais países registraram expressivas taxas de crescimento: China (+36,7%), Estados Unidos (+33,7%) e Argentina (+34,0%).

Do lado das importações nordestinas (Tabela 4), o crescimento registrado foi devido, principalmente, ao acréscimo nas aquisições de Bens Intermediários (+37,1%), notadamente de Insumos industriais usados na produção. Nessa categoria, destaca-se o crescimento das aquisições de álcool etílico/etanol (+579,0%) e naftas para petroquímica (+67,7%).

As importações de bens de capital (máquinas e equipamentos) caíram 56,2% na comparação com os seis primeiros meses de 2016, indicando que a retomada da taxa de investimento da Região ainda vai demorar.

Por seu turno, as importações de combustíveis e lubrificantes aumentaram 20,7% devido às aquisições de hulha betuminosa (+204,5%), óleo diesel (+41,8%), outras gasolinas, exceto para aviação (+64,8%), dentre outras.

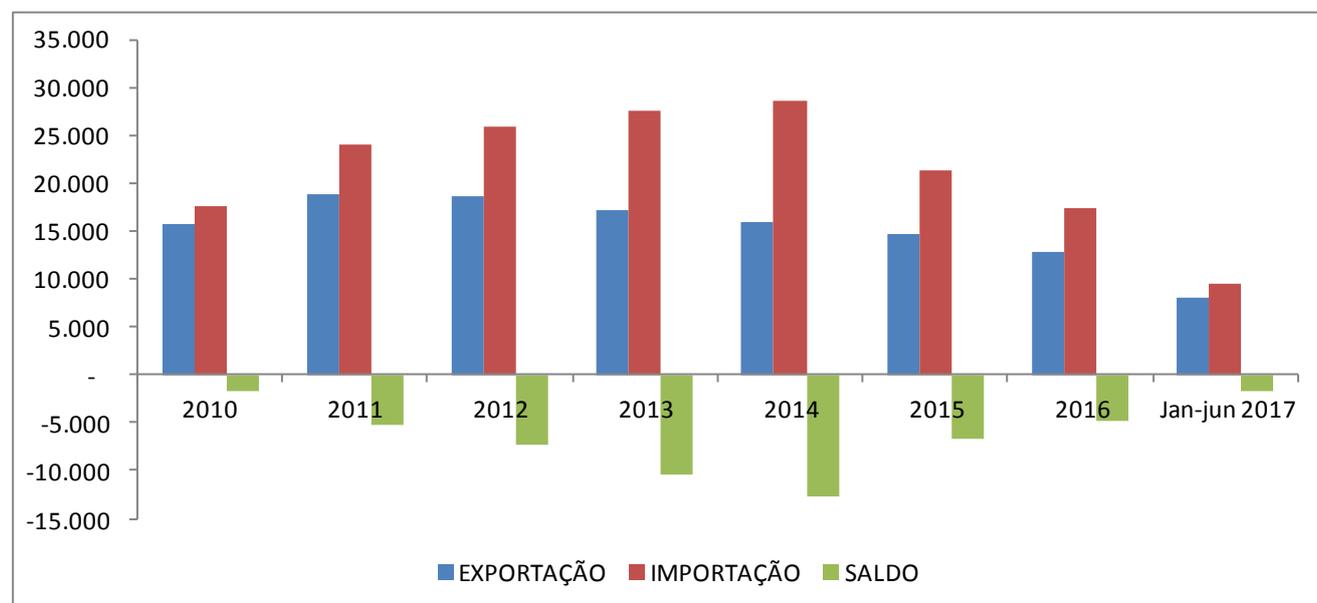
Os Estados Unidos (25,5%) representam a principal origem das compras externas do Nordeste, vindo em seguida a China (10,2%), Argentina (8,6%) e Argélia (7,0%). Juntos, esses países responderam por 51,2% das aquisições da Região. Vale ressaltar que, no primeiro semestre de 2017 frente ao mesmo período de 2016, as compras adquiridas dos Estados Unidos e da Argélia cresceram significativos 58,9% e 86,9%, respectivamente. Já as originárias da China (5,5%) e Argentina (2,1%) apresentaram taxas mais modestas.

A Bahia respondeu por 45,8% das exportações e por 35,9% das importações do Nordeste. Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia registraram saldo positivo na balança comercial no período em análise (Tabela 5).

O expressivo déficit comercial de Pernambuco decorreu do incremento maior das importações (+23,4%) em comparação com as exportações (+12,3%). Referido Estado adquiriu, principalmente, Bens Intermediários (46,6%) com destaque para peças e acessórios de equipamentos de transporte e Combustíveis e Lubrificantes (35,5%) que registraram aumentos de 23,2% e 62,1%, respectivamente, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

Os principais produtos exportados e importados por Estado da Região no acumulado até junho de 2017 estão discriminados no Quadro 1.

Gráfico 2 - Exportações, importações e saldo da balança comercial no Nordeste - Em US\$ milhões FOB



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 3 – Nordeste: Exportação por fator agregado - Jan - jun 2017/2016 - US\$ milhões FOB

Fator Agregado	jan - jun / 2017		jan - jun/ 2016		Var %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	1.761	22,0	1.406	23,0	25,3
Industrializados	6.173	77,1	4.660	76,2	32,5
Semimanufaturados	2.441	30,5	2.008	32,8	21,6
Manufaturados	3.732	46,6	2.651	43,3	40,8
Operações especiais	69	0,9	52	0,8	33,7
TOTAL	8.004,2	100,0	6.117,6	100,0	30,8

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 4 - Nordeste: Importação por categoria de uso - Jan - jun 2017/2016 - US\$ milhões FOB

Categoria de uso	jan-jun/2017		jan-jun/2016		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	1.152,2	12,00	2.630,3	28,50	-56,19
Bens intermediários	4.446,3	46,31	3.243,2	35,15	37,10
Insumos industriais	3.226,0	33,60	2.272,6	24,63	41,95
Peças e acessórios de equip. de transporte	620,9	6,47	413,7	4,48	50,10
Alimentos e bebidas destinados a indústria	576,7	6,01	556,6	6,03	3,62
Bens diversos	22,7	0,24	0,3	--	--
Bens de consumo	673,8	7,02	596,9	6,47	12,88
Bens de consumo não duráveis	432,2	4,50	316,9	3,43	36,39
Bens de consumo duráveis	241,7	2,52	280,1	3,04	-13,72
Combustíveis e lubrificantes	3.328,1	34,67	2.757,2	29,88	20,71
Total	9.600,5	100,0	9.227,6	100,0	4,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 5 - Nordeste e Estados - Exportação, importação e saldo da balança comercial - Jan - jun 2017/2016 - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var % jan-jun 2017/2016	Valor	Part. (%)	Var % jan-jun 2017/2016	
Maranhão	1.418	17,7	26,7	1.448	15,1	26,0	- 31
Piauí	209	2,6	96,5	195	2,0	544,1	14
Ceará	965	12,1	104,1	1.107	11,5	- 49,1	- 143
Rio Grande do Norte	131	1,6	15,0	97	1,0	7,5	34
Paraíba	74	0,9	29,3	193	2,0	43,2	- 119
Pernambuco	986	12,3	75,6	2.740	28,5	23,4	- 1.754
Alagoas	505	6,3	117,7	308	3,2	14,6	197
Sergipe	51	0,6	36,4	63	0,7	- 10,5	- 12
Bahia	3.665	45,8	7,3	3.449	35,9	11,7	216
Nordeste	8.004	100,0	30,8	9.601	100,0	4,0	- 1.596

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Quadro 1 – Estados do Nordeste: Principais produtos exportados e importados - Jan-jun 2017 – Em %

Estados	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Alumina calcinada (40,5%), Soja, mesmo triturada, exceto p semente (27,4%), pasta química de madeira (22,9%)	Álcool etílico (34,2%), "gasóleo" (óleo diesel) (23,4%), outras gasolinas, exceto para aviação (18,9%)
Piauí	Soja, mesmo triturada, exceto p semente (77,6%), ceras vegetais (10,5%), mel natural (6,6%)	Células solares em módulos ou painéis (60,9%), conversores elétricos de corrente contínua (5,6%), laminado de ferro/aço (3,6%)
Ceará	Outros produtos semimanufaturados de ferro/aço (50,0%), castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (4,9%), calçados de borracha/plástico c/parte superior em tiras (4,3%)	Hulha betuminosa, não aglomerada (23,4%), gás natural, liquefeito (11,3%), Outros trigos e misturas de trigo c/centeio (6,8%)
Rio G. do Norte	Melões frescos (29,9%), sal marinho, a granel (9,9%), castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (8,5%)	Outros trigos e misturas de trigo c/centeio (22,4%), células solares em módulos ou painéis (16,6%), algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado (7,0%)
Paraíba	Calçados de borracha/plástico c/parte superior em tiras, etc. (42,6%), outros açúcares de cana (25,2%), Ilmenita (minérios de titânio) (6,1%)	Malte não torrado, inteiro ou partido (12,8%), outros trigos e misturas de trigo c/centeio (12,3%), calçados para esportes (5,6%)
Pernambuco	Outros veículos automóveis c/motor diesel, automóveis c/motor explosão, 1500<cm3<=3000 (13,2%), Poli (tereftalato de etileno) (11,7%), fuel-oil (11,1%)	Outras gasolinas, exceto para aviação (11,4%), gásóleo (óleo diesel) (11,4%), outros propanos liquefeitos (6,9%)
Alagoas	Outros açúcares de cana (57,6%), outros aparelhos p/filtrar ou depurar líquidos (34,0%), outros açúcares de cana, beterraba, sacarose (2,5%)	Outros alhos frescos ou refrigerados (8,2%), outras naftas, exceto para petroquímica (6,4%), cloreto de etileno (4,6%)
Sergipe	Outros calçados (33,3%), sucos de laranjas, congelados, não fermentados (28,1%), outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quím. pura, sol. (5,5%)	Coque de petróleo não calcinado (15,3%), dióxido de ortofosfato de amônio (13,9%), sulfato de amônio (7,8%)
Bahia	Soja, mesmo triturada, exceto p/semear (13,5%), pasta química madeira, soda/sulfato (12,7%), fuel-oil (8,7%)	Naftas para petroquímica (28,7%), sulfetos de minérios de cobre (11,0%), cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado (3,7%)
Nordeste	Soja, mesmo triturada exceto para semente (13,2%), pasta química madeira de n/conf. (9,8%), alumina calcinada (7,2%)	Naftas para petroquímica (10,3%), "gasóleo" (óleo diesel) (8,0%), outras gasolinas, exceto para aviação (6,3%)

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

9. Finanças Públicas

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 22,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda *per capita* dos entes federativos.

Ressalte-se que as unidades federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem de forma substancial dos repasses constitucionais.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o FPE totalizou R\$ 35,9 bilhões no primeiro semestre de 2017, ante R\$ 33,2 bilhões em igual período de 2016, conforme a Tabela 1. O crescimento real do FPE, descontada a inflação do período, foi de 3,8%.

O FPE para os estados do Nordeste alcançou R\$ 18,8 bilhões no primeiro semestre de 2017, incremento real de 3,7% em comparação com o mesmo período de 2016. Os valores do corrente ano para o Nordeste representaram 52,4% do total nacional (Tabela 1).

Todas as unidades federativas do Nordeste obtiveram acréscimo real no volume de recursos do FPE no primeiro semestre de 2017, em comparação com igual período de 2016.

Os estados que mais receberam recursos do FPE no Nordeste, no primeiro semestre de 2017, foram: Bahia (R\$ 3,4 bilhões), Ceará (R\$ 2,6 bilhões), Maranhão (R\$ 2,6 bilhões) e Pernambuco (R\$ 2,5 bilhões). Em seguida, tem-se a Paraíba (R\$ 1,7 bilhão), Piauí (R\$ 1,6 bilhão), Alagoas (R\$ 1,5 bilhão), Rio Grande do Norte (R\$ 1,5 bilhão) e Sergipe (R\$ 1,5 bilhão).

O FPM no País somou R\$ 37,6 bilhões no primeiro semestre de 2017, em comparação com R\$ 34,7 bilhões em igual período de 2016 (Tabela 1). O crescimento real foi 3,9%.

O FPM para o Nordeste somou R\$ 13,3 bilhões no primeiro semestre de 2017, incremento real de 3,8% em comparação com igual período de 2016. Os valores do corrente ano para o Nordeste, representaram 35,5% do total nacional (Tabela 1).

Todas as unidades federativas do Nordeste obtiveram acréscimo real no volume de recursos do FPM no primeiro semestre de 2017, em comparação com os valores de 2016.

Os estados que mais receberam recursos do FPM no Nordeste, no primeiro semestre de 2017, foram: Bahia (R\$ 3,5 bilhões); Ceará (R\$ 1,9 bilhão); Pernambuco (R\$ 1,8 bilhão) e Maranhão (R\$ 1,7 bilhão). Seguiram a Paraíba (R\$ 1,2 bilhão); Piauí (R\$ 1,0 bilhão); Rio Grande do Norte (R\$ 931 milhões); Alagoas (R\$ 897 milhões) e Sergipe (R\$ 548 milhões).

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 3,8 bilhões no primeiro semestre de 2017, acréscimo de 3,9% em termos reais, em relação ao mesmo período de 2016. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 1,8 bilhão, significando incremento real de 3,4%. O FPM para as capitais do Nordeste representou 48,0% do total destinado às capitais do País no primeiro semestre de 2017.

As capitais do Nordeste que mais receberam recursos, no primeiro semestre de 2017, foram: Fortaleza e Salvador (R\$ 323 milhões cada); Recife (R\$ 203 milhões); Maceió, São Luis e Teresina (R\$ 202 milhões cada). Em seguida, tem-se João Pessoa (R\$ 129 milhões); Natal (R\$ 116 milhões) e Aracaju (R\$ 103 milhões).

Todas as capitais do Nordeste obtiveram incremento real em seus respectivos FPM capitais, à exceção de João Pessoa. O crescimento da renda *per capita* da capital paraibana implicou uma redefinição do coeficiente de distribuição, ocasionando perdas para o mencionado município.

Tabela 1 – FPE e FPM - Brasil, Nordeste e Estados - Janeiro a junho de 2016 e 2017 e previsão 2017 - R\$ Milhões

Estados/ Região/País	FPE		FPM		FPM Capitais		Previsões - 2017 - Maio a Julho		
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	FPE	FPM	FPM Capitais
Alagoas	1.380	1.499	826	897	184	202	605	435	98
Bahia	3.115	3.364	3.231	3.501	294	323	1.357	1.699	157
Ceará	2.433	2.627	1.722	1.868	294	323	1.060	906	157
Maranhão	2.393	2.588	1.440	1.562	184	202	1.044	758	98
Paraíba	1.588	1.715	1.121	1.180	147	129	692	572	63
Pernambuco	2.288	2.469	1.706	1.849	185	203	996	897	99
Piauí	1.433	1.550	920	999	184	202	625	485	98
Rio Grande do Norte	1.385	1.497	859	931	106	116	604	452	56
Sergipe	1.378	1.488	505	548	94	103	600	266	50
Nordeste	17.393	18.796	12.329	13.335	1.672	1.802	7.583	6.470	874
Brasil	33.161	35.890	34.703	37.560	3.470	3.756	14.480	18.225	1.822

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da STN.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é um tributo estadual, fundamental para compor as receitas das unidades federativas brasileiras.

A arrecadação de ICMS no Brasil alcançou R\$ 214,8 bilhões no primeiro semestre de 2017, ante R\$ 205,2 bilhões em igual período de 2016, significando um ganho real de 0,5% no período em análise.

A concentração do ICMS é refletida na distribuição do tributo em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase a metade do ICMS arrecadado no período de janeiro a junho de 2017, precisamente 49,2%. A seguir, ficaram o Sul (18,9%); Nordeste (16,6%); Centro-Oeste (9,4%); e Norte (5,9%), conforme especificado na Tabela 2.

Especificamente no Nordeste, o ICMS cresceu 6,7% em termos nominais no primeiro semestre de 2017. Descontada a inflação, implicou um ganho real de 2,4%. Nas demais regiões, ocorreram incrementos de arrecadação em termos reais no Sul (+6,6%) e Centro-Oeste (+1,2%). Norte (-5,9%) e Sudeste (-1,7%) apresentaram perdas.

A arrecadação de ICMS no Nordeste totalizou R\$ 35,6 bilhões no primeiro semestre de 2017, ante R\$ 33,4 bilhões em igual período de 2016.

O Maranhão (-1,0%) e o Espírito Santo (-2,8%) foram os únicos estados pertencentes à área de atuação do Banco

do Nordeste que registraram perdas reais de arrecadação no primeiro semestre de 2017. Segue o desempenho das demais unidades federativas: Sergipe (+4,3%), Paraíba (+3,8%), Pernambuco (+3,4%), Piauí (+3,3%), Bahia (+2,6%), Alagoas (+2,2%), Ceará (+2,2%), Minas Gerais (+1,8%) e Rio Grande do Norte (+0,3%), conforme especificado na Tabela 2.

É importante ressaltar que a arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia, petróleo, combustíveis e lubrificantes alcançou 95,7% da arrecadação total do ICMS no Nordeste no primeiro semestre de 2017 (Tabela 2).

A arrecadação do setor terciário apresentou a maior participação na arrecadação do ICMS do Nordeste (43,9%), conforme especificado na Tabela 2. A arrecadação do referido setor cresceu 5,1% em termos reais, quando se compara o primeiro semestre de 2017 com igual período do ano anterior. Todos os estados do Nordeste obtiveram incremento de arrecadação de ICMS nesse setor, com destaque para Sergipe, Piauí e Pernambuco (Tabela 3).

A atividade de petróleo, combustíveis e lubrificantes, que obteve uma participação de 21,2% na arrecadação total do ICMS do Nordeste no período em análise, apresentou decréscimo de 4,2% em termos reais. As maiores quedas ocorreram no Maranhão, em Sergipe e em Alagoas.

A atividade de petróleo, combustíveis e lubrificantes, que obteve uma participação de 21,2% na arrecadação total do ICMS do Nordeste no período em análise, apresentou decréscimo de 4,2% em termos reais. As maiores quedas ocorreram no Maranhão, em Sergipe e em Alagoas.

A arrecadação do setor secundário, que representou 19,7% do total obtido no Nordeste no primeiro semestre de 2017, aumentou 4,7% em termos reais. Os maiores incrementos foram verificados em Sergipe, Pernambuco e Alagoas.

O segmento de energia, com 10,9% de participação no total arrecadado de ICMS do Nordeste, registrou perda real de 6,5% no período em análise. Declínio considerável foi verificado na Bahia, no Piauí e em Pernambuco (Tabelas 2 e 3).

O setor primário, que respondeu por apenas 0,9% da arrecadação de ICMS no Nordeste nos seis primeiros meses de 2017, apresentou crescimento de 6,8% em relação ao primeiro semestre do ano passado. Os incrementos mais expressivos foram verificados em Pernambuco, no Maranhão e na Bahia.

A arrecadação de ICMS pode ser utilizada como um indicador antecedente da atividade econômica. Assim, projeta-se a retomada do crescimento econômico no Nordeste em 2017, especialmente em Sergipe (alavancado pela indústria e comércio), Paraíba (com destaque para a indústria e comércio), Pernambuco (destacando-se a agricultura, indústria e comércio) e Piauí (cabendo citar a agricultura, indústria e comércio), conforme os dados apresentados nas Tabelas 2, 3 e 4.

Por outro lado, a perda sofrida pelo Maranhão (-1,0%) está relacionada com a queda na arrecadação proveniente de petróleo, combustíveis e lubrificantes, bem como no setor de energia (Tabela 3).

Apesar do desempenho favorável no corrente ano, é importante ressaltar que a arrecadação de ICMS no Brasil havia declinado 4,8% em termos reais em 2016. No mesmo período, a arrecadação desse tributo no Nordeste caiu 2,0% em termos reais. Todos os estados da Região sofreram perdas de arrecadação em 2016, com exceção do Maranhão, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Tabela 2 - Arrecadação de ICMS – 2016 e 2017 – R\$ Milhões

Estado/Região/País	2016	Part. %	2017	Part. %	Var. % ¹	Var. Real % ²
Alagoas	1.723	0,8	1.835	0,9	6,5	2,2
Bahia	9.421	4,6	10.076	4,7	6,9	2,6
Ceará	5.011	2,4	5.337	2,5	6,5	2,2
Maranhão	2.869	1,4	2.959	1,4	3,2	- 1,0
Paraíba	2.349	1,1	2.540	1,2	8,1	3,8
Pernambuco	6.452	3,1	6.951	3,2	7,7	3,4
Piauí	1.674	0,8	1.801	0,8	7,6	3,3
Rio Grande do Norte	2.421	1,2	2.531	1,2	4,6	0,3
Sergipe	1.459	0,7	1.586	0,7	8,7	4,3
Nordeste	33.379	16,3	35.618	16,6	6,7	2,4
Norte	13.030	6,4	12.781	5,9	- 1,9	- 5,9
Sudeste	103.133	50,3	105.683	49,2	2,5	- 1,7
Minas Gerais	20.233	9,9	21.464	10,0	6,1	1,8
Espírito Santo	4.433	2,2	4.489	2,1	1,3	- 2,8
Sul	36.492	17,8	40.540	18,9	11,1	6,6
Centro-Oeste	19.161	9,3	20.212	9,4	5,5	1,2
Brasil	205.195	100,0	214.835	100,0	4,7	0,5

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

Notas: (1) Variação nominal, primeiro semestre de 2017 em relação a igual período de 2016. (2) Variação real, descontado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, primeiro semestre de 2017 em relação a igual período de 2016.

Tabela 3 - ICMS: Participação setorial na arrecadação estadual - Primeiro semestre de 2017 - Em %

Estado/Região	Primário	Secundário	Terciário	Energia	Petróleo	Dívida Ativa e Outras
Alagoas	0,1	32,3	44,9	10,4	10,3	2,0
Bahia	0,5	25,2	38,5	9,8	23,3	2,7
Ceará	0,0	19,2	40,2	13,3	23,5	3,8
Maranhão	0,8	13,2	43,1	9,6	15,9	17,3
Paraíba	0,1	13,8	45,9	11,9	23,5	4,9
Pernambuco	0,1	15,3	54,9	11,1	18,1	0,6
Piauí	7,2	14,4	34,3	11,7	32,2	0,2
Rio Grande do Norte	1,9	16,2	48,8	10,8	22,3	-
Sergipe	4,1	23,6	43,6	10,0	17,3	1,4
Nordeste	0,9	19,7	43,9	10,9	21,2	3,4

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

Tabela 4 - ICMS: Variação real da arrecadação setorial - Primeiro trimestre de 2017 – Em %

Estado/Região	Primário	Secundário	Terciário	Energia	Petróleo	Dívida Ativa e Outras
Alagoas	2,3	8,0	4,0	- 1,4	- 15,5	3,3
Bahia	23,5	5,6	5,7	- 14,6	2,2	9,6
Ceará	- 10,5	- 2,9	1,1	2,0	5,1	29,9
Maranhão	58,1	7,0	5,0	- 5,0	- 45,9	127,9
Paraíba	- 10,1	4,6	4,6	- 4,1	5,0	8,9
Pernambuco	83,8	8,6	6,1	- 6,5	0,6	- 43,5
Piauí	9,3	4,9	7,5	- 8,3	1,4	61,5
Rio Grande do Norte	- 8,8	- 9,8	5,5	- 1,8	- 0,4	-
Sergipe	- 7,1	25,0	8,2	- 4,7	- 16,3	24,7
Nordeste	6,8	4,7	5,1	- 6,5	- 4,2	39,7

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda. Nota: (1) Variação real, descontado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, primeiro semestre de 2017 em relação a igual período de 2016.

10. Intermediação Financeira

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro nacional atingiu R\$ 3.078 bilhões em junho, implicando um recuo de 1,6% no acumulado dos últimos 12 meses e uma queda de 0,9% no primeiro semestre de 2017 (Gráficos 1 e 2).

A relação crédito/PIB caiu para 48,2% em junho de 2017 ante 51,1% em junho de 2016, conforme dados divulgados pelo Banco Central (BACEN).

A expansão da carteira de pessoas físicas (+4,3% em 12 meses e +2,2% no acumulado do ano) não foi suficiente para contrabalançar a queda na carteira de pessoas jurídicas (-7,3% em 12 meses e -4,0% no primeiro semestre de 2017).

Os recursos livres encolheram 2,4% em 12 meses e 1,6% nos cinco primeiros meses de 2017, similar tendência observada com os recursos direcionados (-0,9% em 12 meses e -0,2% no primeiro semestre de 2017).

Os três grandes setores econômicos apresentaram declínio em contratações nos cinco primeiros meses de 2017: agropecuária (-6,7%), indústria (-4,7%) e serviços (-3,1%). As atividades também registraram recuo no que se refere a contratações no corrente ano: comércio (-6,5%), construção civil (-7,2%), indústria extrativa (-4,6%), indústria da transformação (-6,4%), transporte (-2,4%), SIUP (-0,3%) e administração pública (-0,0%).

No Nordeste, o saldo das operações de crédito somou R\$ 398,6 bilhões em junho de 2017, representando retração de 0,2%, em 12 meses porém incremento de 0,2% nos seis primeiros meses de 2017 (Gráficos 1 e 2).

Ainda no Nordeste, o saldo das operações com pessoas jurídicas, cujos recursos são essencialmente direcionados para a produção (investimentos e capital de giro), alcançou R\$ 150,1 bilhões em junho de 2017, tendo encolhido 7,7% em 12 meses e reduzido 3,6% nos seis meses iniciais de 2017.

Por outro lado, as operações com pessoas físicas registraram expansão de +5,0% em 12 meses e incremento de +2,6% em 2017. Portanto, a expansão do crédito para pessoas físicas tem contribuído para amortecer o forte declínio das operações com pessoas jurídicas na Região.

O saldo das operações de crédito do Nordeste destinado às pessoas físicas representa quase dois terços do total (62,4%), cabendo a parcela restante às empresas (37,6%).

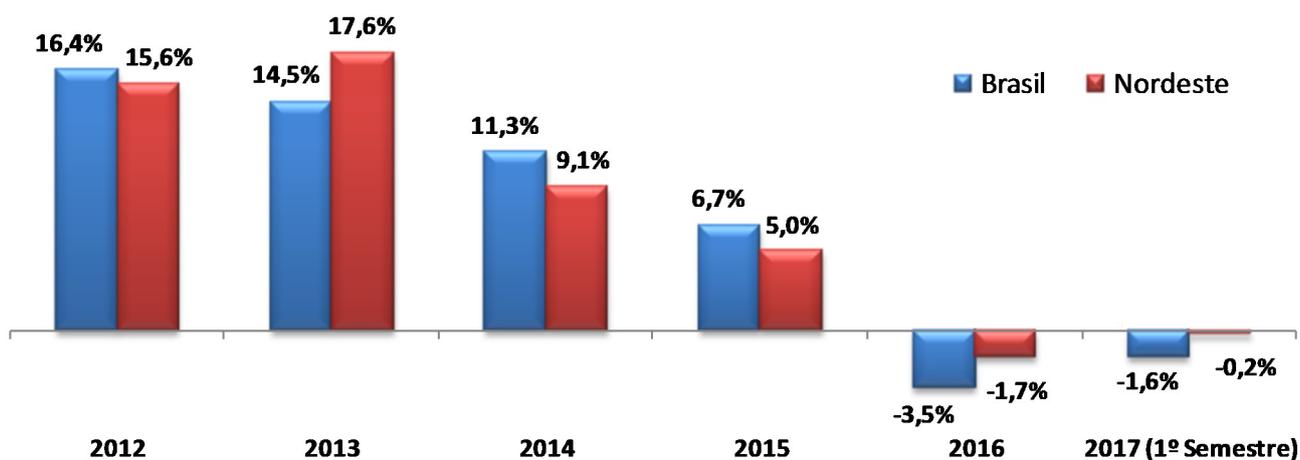
O saldo das operações de crédito cresceu nos últimos doze meses no Piauí (+3,8%), Ceará (+3,4%), Alagoas (+2,3%) e Paraíba (+1,4%). Os demais Estados apresentaram resultados negativos, em especial a Bahia, que possui o maior volume de crédito do Nordeste, tendo registrado a maior retração na Região (-2,3%). Minas Gerais (-3,9%), Rio Grande do Norte (-2,3%), Sergipe (-1,8%), Espírito Santo (-1,4%), Pernambuco (-1,0%) e Maranhão (-0,7%) também registraram declínio no saldo das contratações de crédito (Gráficos 4 a 14).

A taxa de inadimplência no Nordeste, que representa a proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito, registrou 3,94% em junho de 2017, situando-se acima da taxa de inadimplência nacional (3,74%).

A inadimplência da pessoa física no Nordeste situou-se em 4,04%, enquanto que a de pessoas jurídicas alcançou 3,77%, ambas em junho de 2017.

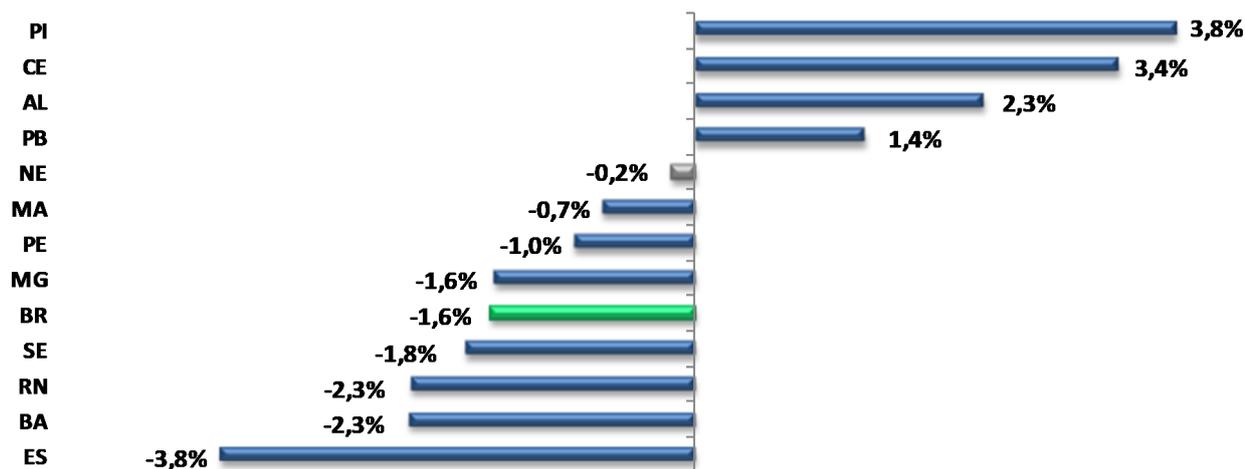
Na área de atuação do Banco do Nordeste, Piauí (2,98%), Ceará (3,37%), Pernambuco (3,63%) e Paraíba (3,66%) anotaram inadimplência inferior em comparação a média brasileira (+3,74%), conforme o Banco Central. Alagoas (6,13%), Bahia (4,25%), Rio Grande do Norte (4,12%), Espírito Santo (4,10%), Maranhão (4,06%), Sergipe (3,89%) e Minas Gerais (3,77%) apresentaram as maiores inadimplências no mês de junho (Gráfico 3).

Gráfico 1 – Crescimento (%) do saldo de crédito do sistema financeiro nacional e no Nordeste - Acumulado em 12 Meses



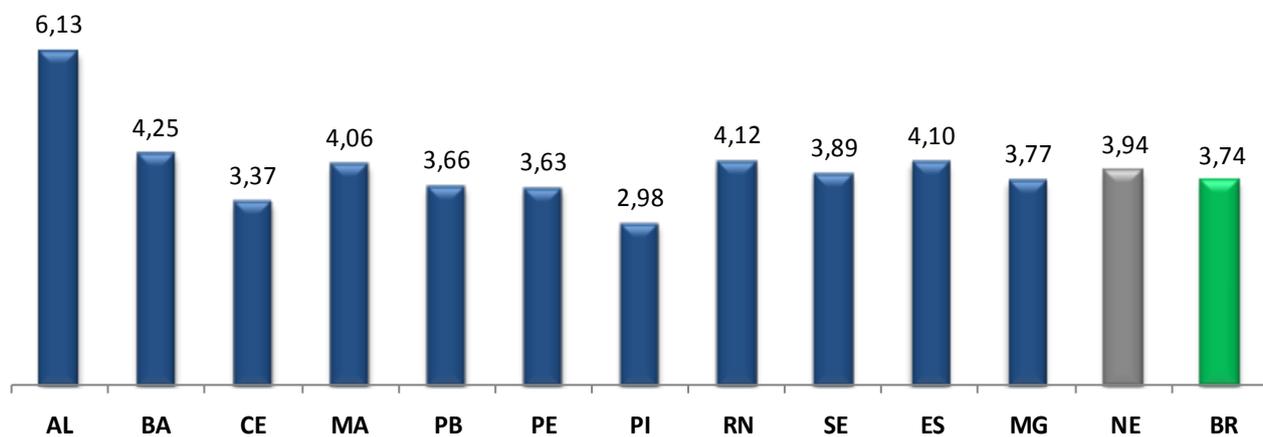
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 2 – Crescimento(%) do saldo de crédito - Acumulado em 12 Meses % - Junho de 2017



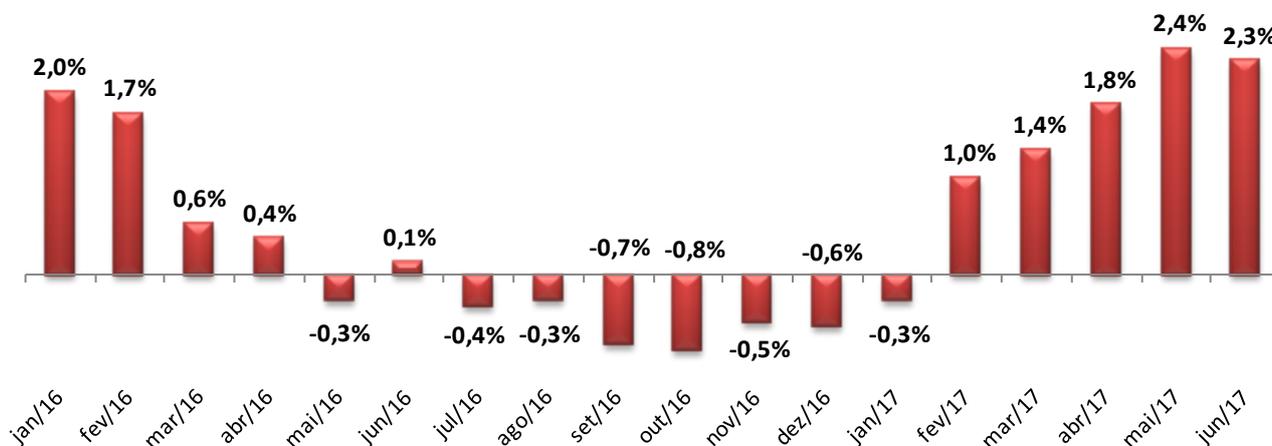
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 3 – Inadimplência (%) – Nacional, Nordeste e seus e Estados – Junho de 2017



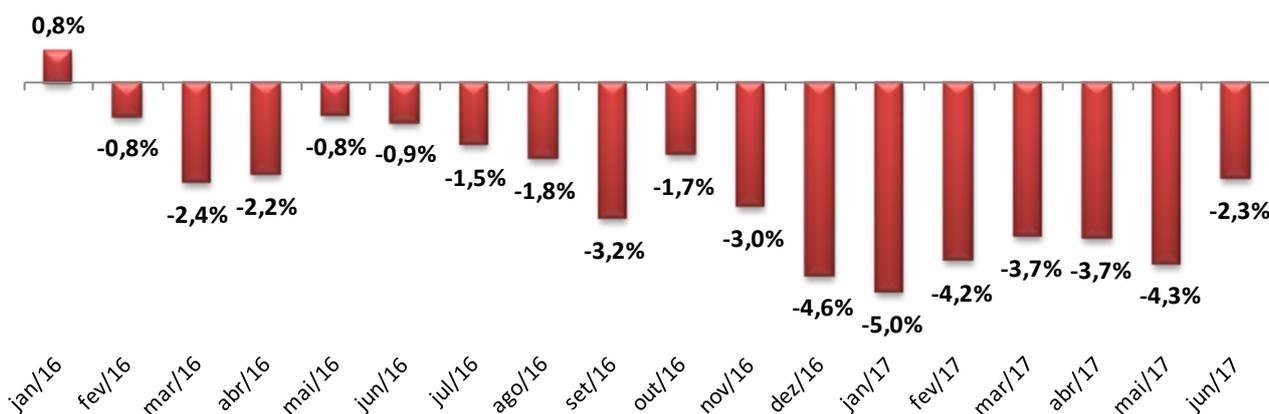
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 4 – Crescimento (%) do saldo de crédito em Alagoas - Acumulado em 12 Meses - Janeiro de 2016 a Junho de 2017



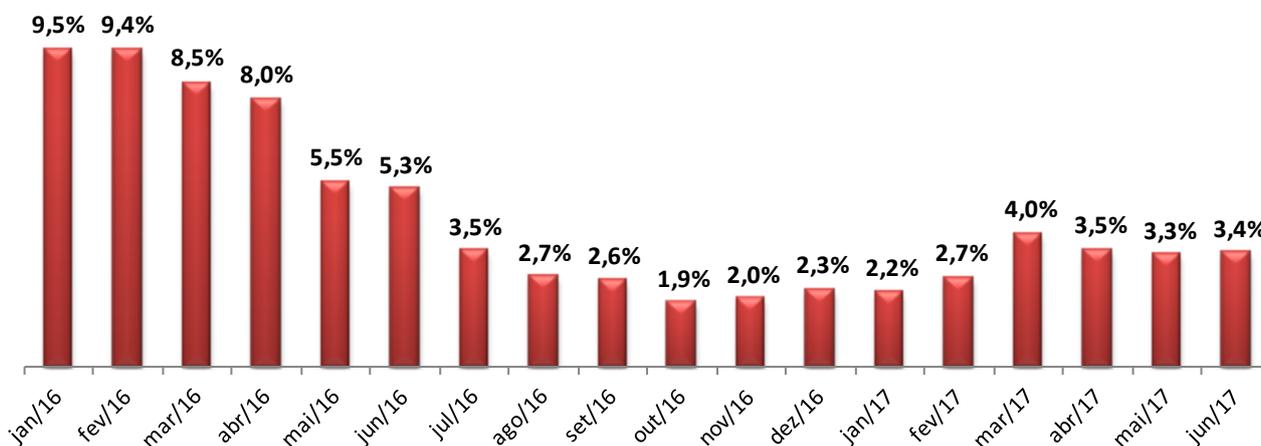
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 5 – Crescimento (%) do saldo de crédito na Bahia - Acumulado em 12 Meses - Janeiro de 2016 a Junho de 2017



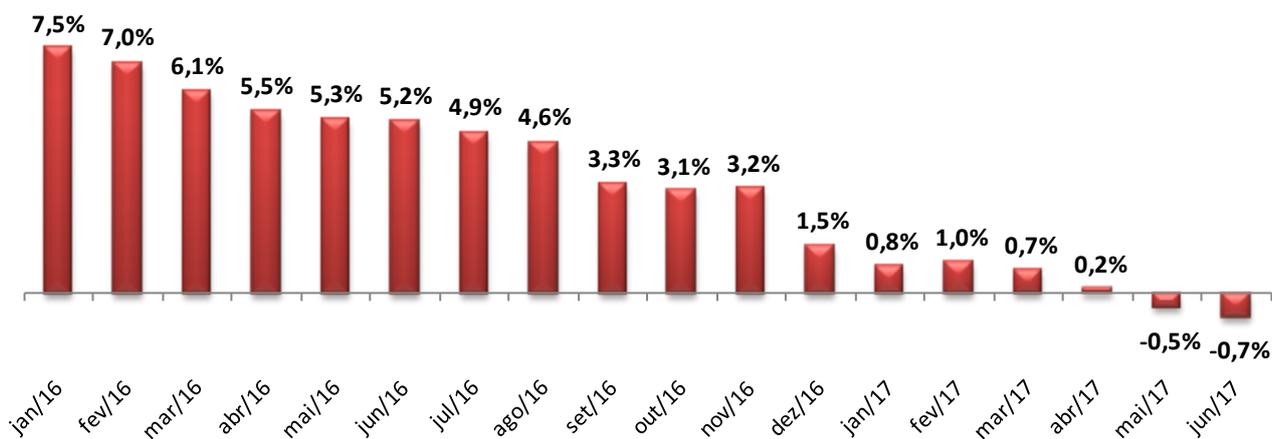
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 6 – Crescimento (%) do saldo de crédito no Ceará - Acumulado em 12 Meses - Janeiro de 2016 a Junho de 2017



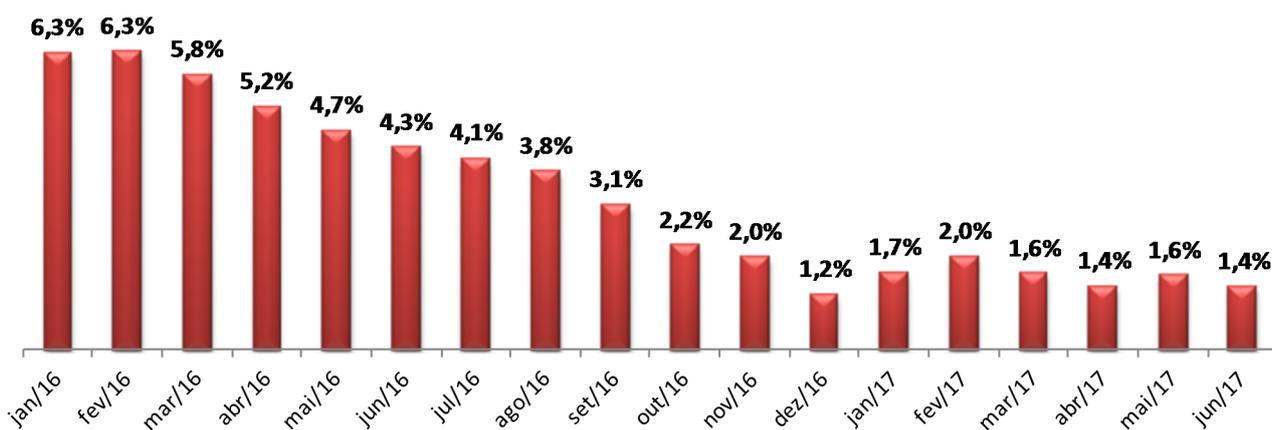
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 7 – Crescimento (%) do saldo de crédito no Maranhão - Acumulado em 12 Meses - Janeiro de 2016 a Junho de 2017



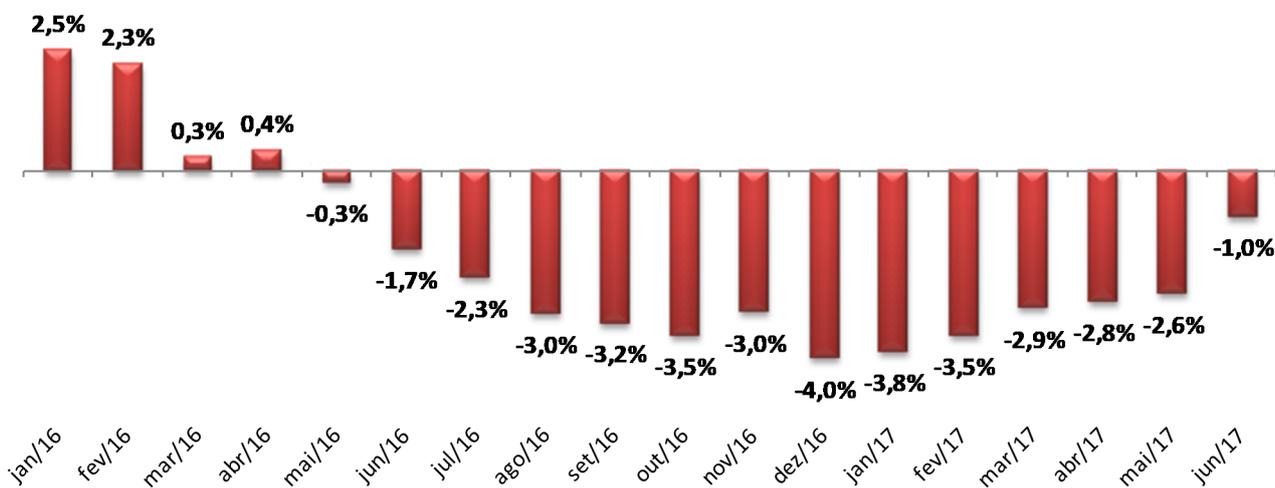
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 8 – Crescimento (%) do saldo de crédito na Paraíba - Acumulado em 12 Meses - Janeiro de 2016 a Junho de 2017



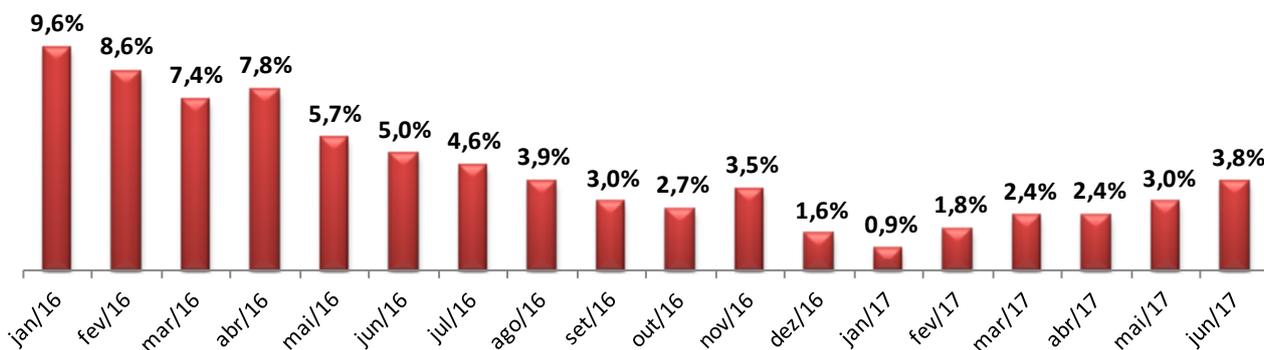
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 9 – Crescimento (%) do saldo de crédito em Pernambuco - Acumulado em 12 Meses - Janeiro de 2016 a Junho de 2017



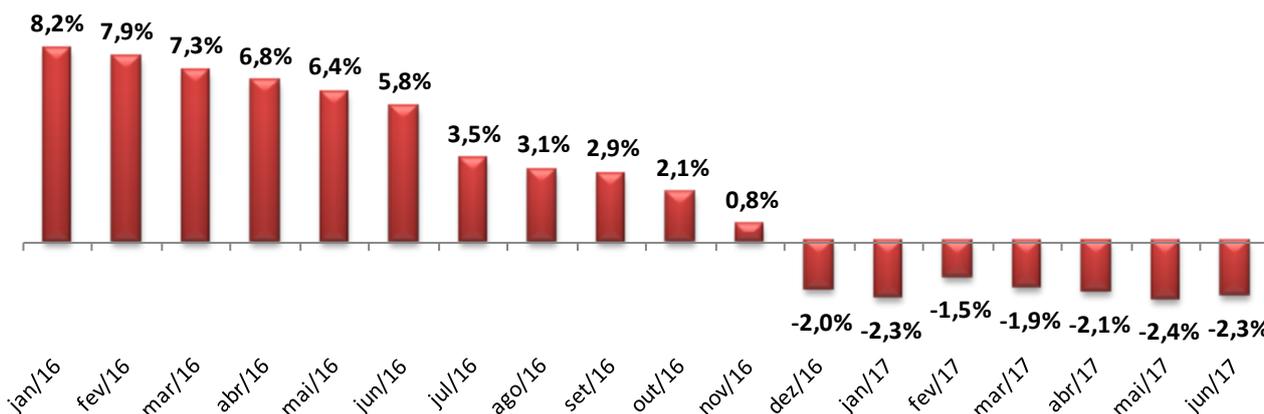
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 10 – Crescimento (%) do saldo de crédito no Piauí - Acumulado em 12 Meses - Janeiro de 2016 a Junho de 2017



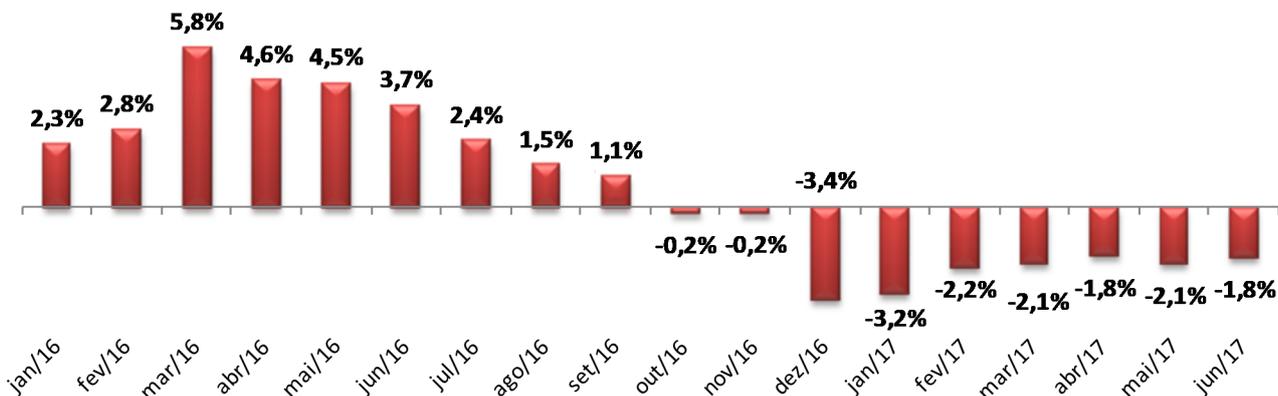
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 11 – Crescimento (%) do saldo de crédito no Rio Grande do Norte - Acumulado em 12 Meses - Janeiro de 2016 a Junho de 2017



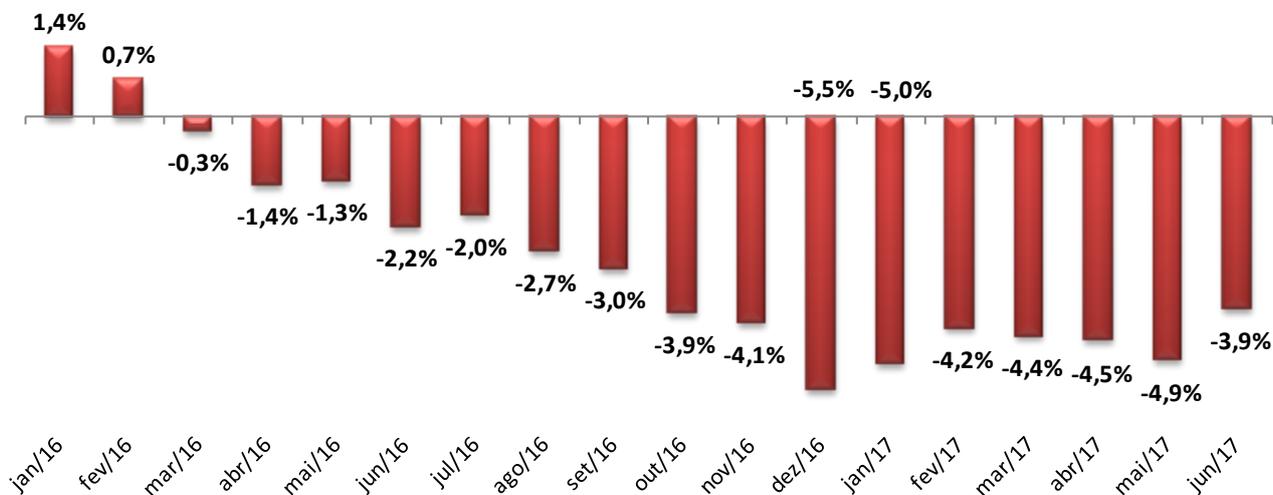
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 12 – Crescimento (%) do saldo de crédito em Sergipe - Acumulado em 12 Meses - Janeiro de 2016 a Junho de 2017



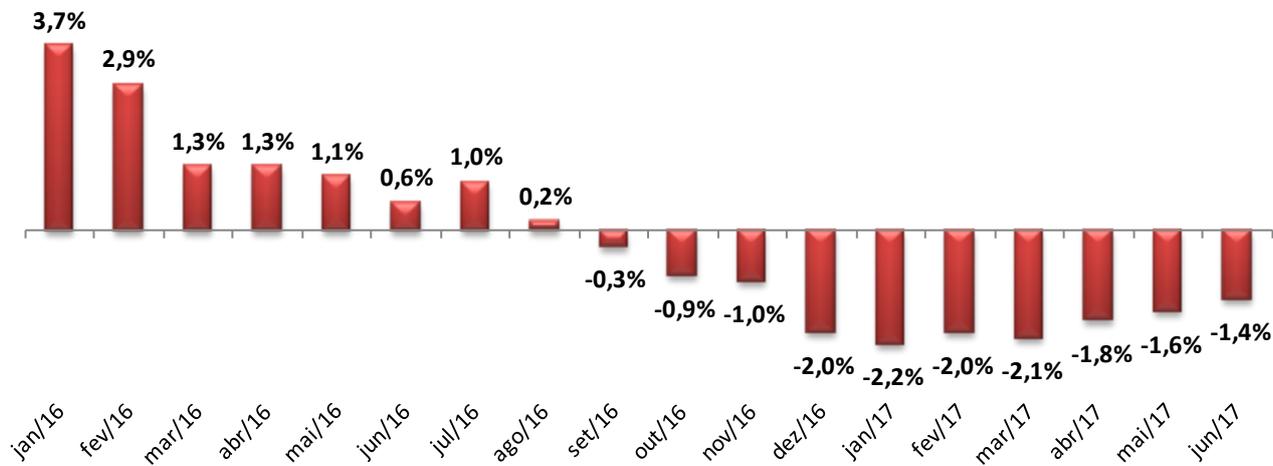
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 13 – Crescimento (%) do saldo de crédito em Minas Gerais - Acumulado em 12 Meses - Janeiro de 2016 a Junho de 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 14 – Crescimento (%) do saldo de crédito no Espírito Santo - Acumulado em 12 Meses - Janeiro de 2016 a Junho de 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.